



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Lei de licitação nº 14.133/2021

Área Requisitante:

EDEPE

Responsável pela demanda:

Érica Leoni Ebeling – Defensora Pública

Objeto:

Contratação da/o palestrante **Maurício Buosi Lemes** para o “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

Quantidade:

Tempo de Contratação: 1 hora

Justificativa:

A contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Esse encontro é de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.

A contratação está relacionada ao evento objeto do processo SEI nº 2026/0029534

Estimativa preliminar do valor da contratação:

Valor total estimado - R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Data pretendida para a conclusão da contratação:

05/10/2026

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato:

06/10/2026

Grau de prioridade da contratação:

médio

Vinculação ou dependência com outro DFD:

A execução deste DFD possui dependência com a contratação dos outros palestrantes do evento, conforme autorizados no processo SEI 2026/0029534.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:08, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060094** e o código CRC **0796616B**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SACL EDEPE - 2060094v2

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL

LEIA O TUTORIAL ANTES DE COMEÇAR

Importante: caso a ação educacional seja destinada **exclusivamente** a estagiários/as, não utilize este formulário.

Para essa demanda, preencha o formulário específico disponível [neste link](#)

1. Identificação e Responsabilidades

Nome do/a Defensor/a Público/a responsável:	Érica Leoni Ebeling
Nome do/a coordenador/a da ação educacional:	A mesma
Cargo:	Defensora Pública
Unidade/Regional/Núcleo:	Edepe
Telefone:	

2. Informações sobre a Ação Educacional

2.1. Informações gerais

Nome da Ação Educacional:	II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe
Formato:	() Palestra () Debate () Curso () Oficina (x) Seminário () Congresso () Outro:

Justificativa:	Esse encontro é de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.
Data(s):	05 e 06/10/2026
Horário(s):	8h30 às 18h
Local:	Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, do Tribunal de Contas do Estado
Número estimado de participantes:	50
Modalidade:	☒ Presencial ☐ Virtual ☐ Híbrido (somente capital)
Abrangência:	☐ Apenas para Unidade do/a solicitante ☐ Apenas para Regional do/a solicitante ☒ Estadual ☐ Nacional ☐ Internacional

2.2. Área(s) temática(s) – pode assinalar mais de uma opção

☐ Criminal	☐ Família	☐ Cível
☐ Soluções extrajudiciais	☐ Fazenda Pública	☐ Execução Penal
☐ Infância Cível	☐ Infância Infracional	☐ Violência Doméstica contra a Mulher
☐ Júri	☐ População em Situação de Rua	☐ Direitos Humanos
☐ Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	☐ Igualdade Racial	☐ Habitação e Urbanismo
☐ Meio Ambiente	☐ Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	☐ Diversidade Sexual e de Gênero
☐ Direitos da Pessoa Idosa	☐ Direitos da Pessoa com Deficiência	☐ Atuação em Segunda Instância e Tribunais Superiores

() Assistência Social	() Atendimento ao público	(x) Gestão
() Tecnologia e sistemas	() Direito do Consumidor	
() Outros (Especificar):		
Observações:		

2.3. Público-alvo

Público interno	Quantidade de pessoas que receberão a capacitação	Especialidade (se houver)	Precisa de afastamento pelo CSDP? (marcar com "X")
Defensores/as Públicos/as	50		
Agentes de Defensoria			
Oficiais de Defensoria			
Servidores/as comissionados/as			
Estagiários/as			
Público externo	Quantidade de pessoas que receberão a capacitação	Especialidade (se houver)	
Público em geral			

2.4. Transmissão (marcar com "X")

Deseja que o evento seja transmitido ao vivo pelo canal da EDEPE no YouTube ou pela plataforma Microsoft Teams ?	
---	--

3. Estrutura

Os **quantitativos dos itens indicados abaixo** serão definidos pela EDEPE a partir da análise das informações enviadas pelo/a solicitante.

3.1. Materiais gráficos disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Elaboração de cartaz para divulgação <i>on-line</i>	x	
Impressão do cartaz de divulgação em tamanho A3		
Impressão do cartaz em tamanho A4 (programação entregue no dia do evento p/ todos/as participantes)	x	
Crachá de identificação	x	
<i>Banner</i>	x	
Divulgação nas redes sociais da EDEPE	x	

3.2. Materiais gráficos disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Bloco de anotações	x	
Emissão de certificados pela EDEPE	x	

3.3. Materiais e equipamentos de audiovisual disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Microfones		
Caixa de som		
Projetor		
Tela de projeção		
3.4. Outros materiais		
Atualmente, a EDEPE não dispõe de outros itens além dos descritos nas seções anteriores. Ainda assim, o/a solicitante pode indicar, neste campo, outros materiais que considere relevantes para a ação educacional.		
Item	Justificativa	
3.5. Serviços		
Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
<i>Coffee break</i>	sim	Dia 5/10: 8h30 e 15h Dia 6/10: 8h30 e 15h
Tradutor/a		Informar o idioma:
Cerimonial de abertura*		

*O cerimonial de abertura é uma solenidade protocolar realizada somente em **eventos com abrangência internacional, nacional ou estadual** e que contemplem a **presença de autoridades político-institucionais**.

3.6. Outros serviços

O/a solicitante pode indicar, neste campo, outros materiais que considere relevantes para a ação educacional.

Serviço	Justificativa

4. PROGRAMAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL (como deve constar no cartaz)

*Sugere-se que seja ponderada a **diversidade de gênero e raça** na composição da programação*

4.1. Professores/as e palestrantes internos/as

Nome completo	Cargo	hora/aula	Passagem aérea?	Diária (se o caso)	Necessidade de afastamento pelo CSDP? (marcar com "X")

4.2. Professores/as e palestrantes externos/as remunerados

Preenchimento obrigatório pelo/a professor/a e/ou palestrante com **antecedência mínima de 30 dias da data da realização da ação formativa:**

https://forms.cloud.microsoft/pages/responsepage.aspx?id=Wp7Pxq7WcU-IdcMPv9mAfXzkmhl7N_BLpBqOzQEsLohUMkY0WVU3NDNVUVpPUDA3TFoxN0ILQjRDVCQIQCN0PWcu&route=shorturl

Nome completo	Carga horária (em horas)	Necessidade de traslado?	Necessidade de passagem aérea?	Necessidade de hospedagem?
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
--	--	-----------------	-----------------	-----------------

Caso o/a palestrante não possua titulação acadêmica, deverá ser detalhada abaixo a experiência profissional ou prática relevante que fundamente sua indicação para ministrar a aula ou palestra:

Nome completo	
Contato (e-mail / telefone)	
Cargos ocupados / Instituição	
Experiência prática ligada ao tema	
Artigos ou publicações relevantes	
Carga horária (em horas)	
Justificativa	(Os motivos que demonstram a relevância da participação dessa pessoa para o público-alvo ou para os objetivos do evento e sua relação com a Defensoria Pública)
(Copie e replique esta tabela para cada palestrante remunerado)	

4.3. Professores/as e palestrantes externos/as não remunerados

Preenchimento obrigatório pelo/a professor/a e/ou palestrante com antecedência mínima de 30 dias da data da realização da ação formativa:

https://forms.cloud.microsoft/pages/responsepage.aspx?id=Wp7Pxq7WcU-IDcMPv9mAfXzkmhl7N_BLPBqOzQEsLohUMkY0WVU3NDNVUVpPUDA3TFoxN0ILQjRDVCQIQCN0PWcu&route=shorturl

Nome completo	Carga horária (em horas)	Necessidade de traslado?	Necessidade de passagem aérea?	Necessidade de hospedagem?
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

EDEPE

II Encontro Anual das Coordenadoras
e dos Coordenadores Regionais

5 e 6 out 2026



Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP

Idealização: EDEPE - Escola da Defensoria Pública

5 de outubro | Primeiro dia | 09h00 - 17h30

09h00 - 09h30

Credenciamento e café

09h30 - 10h00

Mesa de recepção

DIREÇÃO DA EDEPE

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

CORREGEDORIA-GERAL

OUIDORIA-GERAL

APADEP

10h00 - 12h00

EDEPE 2024-2028: balanço da
gestão e perspectivas para as
Coordenações Regionais

Direção da EDEPE:

ALLAN RAMALHO FERREIRA

ÉRICA LEONI EBELING

ERIK SADDI ARNESEN

LUIZA LINS VELOSO

12h00 - 14h00

Almoço

14h00 - 15h00

EDEPE 360: o que a carreira pode
acessar (programas, painéis
e benefícios da Escola)

DIREÇÃO DA EDEPE

CAIO FERNANDES

Assessor Técnico

15h00 - 16h00

Programa de Qualidade da
Escola da Defensoria Pública:
dos eventos às ações educacionais
e o passo a passo da proposta

DIREÇÃO DA EDEPE

ANDREA BRITTO

Assistente Técnica

16h00 - 16h30

Café

16h30 - 17h30

EDEPE Mais: plataforma, Estúdio EDEPE,
cursos disponíveis e o que vem por aí

DIREÇÃO DA EDEPE

CAIO FERNANDES

Assessor Técnico

ERICA SAYURI

Agente

17h30

Encerramento do primeiro dia

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



EDEPE

II Encontro Anual das Coordenadoras e dos Coordenadores Regionais

5 e 6 out 2026



Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP

Idealização: EDEPE - Escola da Defensoria Pública

**6 de outubro | Seminário - Políticas Públicas: experiência do/a usuário/a,
indicadores e capacidades institucionais | 08h30 - 17h00**

08h30 - 09h00

Café

09h00 - 09h30

Mesa de Abertura

09h30 - 11h00

Aula inaugural | Direito e Políticas Públicas

ESTER GAMMARDELLA RIZZI

Professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da USP - Área Direitos Humanos (PPGD)

Presidente:

BRUNA MOLINA HERNANDES DA COSTA

Debatedor:

A educação em direitos como política pública

ERIK SADDI ARNESEN

Defensor Público do Estado de São Paulo. Defensor Auxiliar da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mestre em Direito do Estado pela USP

11h00 - 13h00

**Mesa 1 | Indicadores nas Políticas Públicas:
construindo indicadores**

RENATA MIRANDOLA BICHIR

Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ, com doutorado sanduíche em Berkeley

Presidente:

DIONE RIBEIRO BASÍLIO

Debatedora:

Construindo indicadores para a Escola da Defensoria Pública

ÉRICA LEONI EBELING

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Diretora Executiva da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mestra em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas

13h00 - 15h00

Almoço

15h00 - 16h00

**Mesa 2 | Políticas Públicas na
experiência do/a usuário/a**

JULIA DOS SANTOS DRUMMOND

Doutora em Direito e Desenvolvimento na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo. Assessora Técnica da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Presidente:

GISELE SOUTO DURANTE

Debatedor:

A experiência do/a usuário/a da Escola da Defensoria Pública

ALLAN RAMALHO FERREIRA

Defensor Público do Estado de São Paulo. Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

16h00 - 17h00

**Capacidades institucionais da Defensoria Pública para
participação na regulação judicial de políticas públicas**

LUCIANA GROSS CUNHA

Doutora e mestre em Ciência Política pela USP. Professora do curso de graduação em Direito e do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Direito SP

MAURÍCIO BUOSI LEMES

Doutor em Direito pela FGV Direito SP, mestre e graduado em Direito pela FDRP/USP. Líder e gestor de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) da Fundação Getúlio Vargas Direito SP

Presidente:

SAMANTA CRISTINA LOPEZ DE SOUZA RAMOS

Debatedora:

Experiência da Defensoria Pública na regulação de políticas públicas

LUIZA LINS VELOSO

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Diretora Pedagógica da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

17h00

Encerramento

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**Escola
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo**

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. [Imprimir](#)  [Enviar](#)  [Fechar](#)**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

Disciplina a remuneração de palestrantes, professores/as, seminaristas, debatedores/as, expositores/as, conferencistas, conteudistas e tutores/as em cursos e demais eventos, presenciais ou a distância, promovidos ou apoiados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE

O Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a atribuição disposta no art. 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 988 de janeiro de 2006, que determina a competência desta Escola em promover rápida e constante atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado em matéria legal, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;

Considerando a competência prevista no artigo 14, inciso V, do Regimento Interno da EDEPE (Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral nº 127 de 27/07/2017);

Considerando a necessidade do aprimoramento da Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando a necessidade de alternância normativa para viabilizar a contratação de profissionais qualificados/as para a produção de materiais didáticos, apostilas e outros materiais complementares às aulas expositivas, bem como para a mediação de debates e tutoria de turmas no Ensino a Distância;

DELIBERA:

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, tutoria, geração de conteúdo e preceptoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Deliberação, considera-se:

I – Instrutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino presencial ou a distância;

II – Palestrante: aquele/a que faz exposição acerca de assunto informativo, técnico ou científico, de seu conhecimento, na modalidade presencial ou a distância;

III – Docente: aquele/a que integra corpo docente de curso de pós-graduação *lato sensu* organizado pela Escola da Defensoria Pública;

IV – Debatedor/a: aquele/a que promove o diálogo e integração entre o/a instrutor/a, preceptor/a ou palestrante e o público-alvo, mediando o debate e podendo formular questões ou apresentar reflexões complementares como forma de instigar a participação;

V – Tutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino a distância, inclusive em fóruns de discussão e comunidades de prática;

VI – Conteudista: aquele/a que atua na elaboração, ampliação, adaptação ou revisão do conteúdo e dos objetos de aprendizagem, em linguagem adequada a ambientes virtuais ou presenciais, conforme cada caso, assim como pela elaboração de testes, avaliações ou provas, quando necessário;

VII – Preceptor/a: aquele/a que conduz atividades de qualificação profissional de membros/as, servidores/as, estagiários/as, voluntários/as e residentes jurídicos/as, de caráter continuado, realizadas na modalidade de ensino presencial ou na modalidade a distância

Art. 2º A Escola da Defensoria Pública do Estado remunerará instrutores/as, palestrantes, docentes, debatedores/as, tutores/as, conteudistas e preceptores/as que participem dos cursos, congressos e eventos por ela patrocinados ou apoiados, em conformidade com a presente Deliberação.

§1º - A remuneração será autorizada exclusivamente por meio processo regular de contratação, em conformidade com a legislação aplicável ao procedimento, respeitados os limites da dispensa de licitações durante o respectivo exercício financeiro, quando esta for a modalidade aplicada.

§2º - A atividade de instrução e condução do processo de contratação a que se refere esta Deliberação será orientada pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, garantida a observância do princípio da legalidade.

§3º - Para a operacionalização da atividade referida no parágrafo anterior, a Direção da EDEPE poderá editar modelos de documentos e de formulários.

§4º - A remuneração decorrente de aulas proferidas em cursos de pós-graduação ou de extensão universitária obedecerá à regulamentação específica, sendo aplicável a presente Deliberação de forma subsidiária.

Art. 3º - O valor da remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será calculado em horas-aulas, fixado o valor base da hora-aula em R\$300,00 (trezentos reais).

§1º - De acordo com as peculiaridades do caso e por decisão fundamentada da Direção da EDEPE o valor da hora-aula poderá excepcionalmente ser fixado abaixo do valor base, respeitado o piso da hora-aula no valor de R\$100,00 (cem reais).

§2º - Em se tratando de renomado participante ou com notória especialidade em seu campo de conhecimento, bem como em se tratando de altas autoridades, o valor da hora-aula poderá excecionalmente ser aumentado até o triplo do valor base, por decisão fundamentada da Direção da EDEPE.

§3º - Os pagamentos devidos aos contratados poderão sofrer deduções legais aplicáveis à espécie;

§ 4º - Concluída a contratação prevista no parágrafo 2º, os respectivos autos serão disponibilizados na subsequente reunião do Conselho da EDEPE

§5º - O pagamento será efetivado em 30 dias contados da emissão do atestado de comparecimento

Art. 4º Na contagem das horas-aula para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será considerado não apenas o tempo de fala do contratado, mas também o tempo em que este ficar à disposição dos participantes para questionamentos e debates, nos limites do planejamento e programação do evento, bem como o tempo investido para aplicação e correção de avaliações, quando for o caso.

Parágrafo único. A indicação do total de horas-aula será feita de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento.

Art. 5º O/a conteudista contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I - elaboração do material didático inédito identificado no plano instrucional da ação educacional, no padrão de qualidade definido pela EDEPE

II - a disponibilização do material no prazo combinado e registrado no termo de compromisso;

II - a promoção de alterações recomendadas pela EDEPE no sentido de adequar o material ao padrão institucional, às finalidades e à modalidade de ação educacional

III - revisão, pelo período de dois anos, do material didático, sem direito a nova remuneração;

IV – cessão à EDEPE dos direitos patrimoniais dos materiais didáticos produzidos, ainda que sem exclusividade

V – suporte pedagógico do conteúdo produzido a tutores ou instrutores, conforme o caso, pelo período de até dois anos, sem direito a nova remuneração

Art. 6º A revisão do material didático será formalmente solicitada pela Direção da EDEPE:

I – ao/à autor/a, até o término do prazo de 2 (dois) anos contados do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que configurará encerramento da obrigação do/a autor/a quanto à atualização e não será remunerada;

II – preferencialmente ao/à autor/a, após dois anos do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que será remunerada;

III – a outro/a profissional, na hipótese de negação ou impossibilidade de revisão pelo/a autor/a, situação em que será remunerada.

Art. 7º Não será devida a remuneração para elaboração de materiais didáticos de apoio à exposição do facilitador em ações educacionais não diretamente aproveitáveis sem a participação do/a instrutor/a ou palestrante, assim compreendidas, dentre outras:

I – apresentações sem coesão textual, para projetor multimídia ou impressas

II – ilustrações ou gráficos avulsos, para demonstração de procedimentos ou para exemplificações

III – exercícios propostos naturalmente no decurso da exposição, não formalmente estruturados ou previamente resolvidos ou comentados

IV – textos originais de referência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou de outras fontes, salvo em composição com materiais produzidos ou integrantes destes, conformados aos padrões da EDEPE

V – outros materiais similares, produzidos sem orientação e fora dos padrões definidos pela EDEPE

VI – atividades educacionais realizadas sem autorização prévia de despesa

Art. 8º O/a tutor/a contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I – ciência quanto ao conhecimento da estrutura e atividades do curso;

II – cumprimento do cronograma de tutoria

III – administração, no ambiente de aprendizagem, de problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento educacional

IV – informar à Direção da EDEPE a necessidade de atualização de material didático detectada durante a realização da ação educacional

V – fomentar a motivação, a mediação e a interação entre os/as alunos, conteúdos e atividades previstas no plano da ação instrucional

Art. 9º A remuneração das atividades de produção de conteúdo e tutoria serão calculadas levando-se em consideração a natureza, a complexidade e a dimensão da atividade desenvolvida.

Parágrafo único. O cálculo da remuneração da atividade de produção de conteúdo e tutoria será feito de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento

Art. 10 A mensuração das horas-aula do conteúdo elaborado pelo/a conteudista observará o seguinte critério:

I – pela geração de conteúdo escrito de capacitação e de avaliação, devidamente sistematizado em tópicos, com títulos e subtítulos: uma hora-aula equivale a cada duas páginas tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado, com texto de 25 linhas;

II – pela gravação de videoaula: o correspondente à quantidade de hora-aula editada.

III – na hipótese de revisão ou atualização de material didático, para a mensuração a que se refere o inciso I deste parágrafo, deverão ser computadas as laudas alteradas e as novas que foram produzidas

Parágrafo único. O conteudista será remunerado uma única vez, independentemente do número de turmas e de quantas vezes o curso seja ofertado, salvo, após o período de dois anos, se contratado para atualização do material produzido, hipótese em que será devido o valor fixado para essa finalidade específica

Art. 11 O pagamento destinado ao/a tutor/a seja calculado a partir do total de horas-atividade destinado ao acompanhamento de alunos por meio dos recursos indicados no respectivo projeto do curso, limitado à carga horária da disciplina ou unidade ministrada

Art. 12 O pagamento será efetuado apenas após a apresentação do material didático, inclusive com a correção dos ajustes apontados como necessários pela EDEPE, no caso do/a conteudista, ou do fim do cronograma de tutoria, no caso do tutor/a.

Art. 13 Os/as palestrantes, instrutores/as, debatedores/as, preceptores/as, conteudistas e tutores/as cederão os direitos patrimoniais relativos ao material instrucional à EDEPE, que poderá utilizá-los, na íntegra ou em partes, ou em compilação com outros materiais, em eventos que venha a realizar, inclusive as gravações de áudio e vídeo, resguardada a obrigatoriedade de identificação da autoria e o direito de uso pelo/a autor/a, incluindo para fins lucrativos

Art. 14 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015 e mantida a revogação dos Atos da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 15, de 16 de março de 2010; nº 21, de 29 de novembro de 2010; e nº 25, de 22 de agosto de 2011.

=====

 Imprimir  Enviar  Fechar



Maurício Buosi Lemes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7315748786761507>

ID Lattes: **7315748786761507**

Última atualização do currículo em 20/07/2026

Líder de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) e professor do curso de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da FGV Direito SP, com estágio de pesquisa na T. Denny Sanford School of Social and Family Dynamics da Arizona State University. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), com estágio de pesquisa no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bacharel em Direito pela FDRP/USP. Participa do Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflito (NAJUPMESC) da FGV Direito SP. Também auxilia na coordenação do Grupo de Estudos em Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito, sediado na FDRP/USP. Tem interesse nas áreas de Teorias do Estado, Sociologia do Direito, Direito Constitucional e Direitos Humanos, atuando nos seguintes temas: acesso à justiça, desenho e desempenho das instituições e dos atores do sistema de justiça, direito e políticas públicas, direito e tecnologia, e educação jurídica. E-mail para contato: mauriciobuosilemes@gmail.com **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Maurício Buosi Lemes 

Nome em citações bibliográficas

LEMES, M. B.;BUOSI LEMES, MAURÍCIO

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/7315748786761507>

Orcid iD



<https://orcid.org/0000-0001-7757-8677>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.
Rua Doutor Plínio Barreto nº 365
Bela Vista
01313020 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 37992247
URL da Homepage:
<https://direitosp.fgv.br/>

Formação acadêmica/titulação

2021 - 2025

Doutorado em Direito.
Fundação Getulio Vargas, FGV DIREITO SP, Brasil.
com **período sanduíche** em Sanford School of Social and Family Dynamics na Arizona State University (Orientador: Rebecca Sandefur).
Título: O desafio da institucionalização de capacidades estatais no acesso à justiça: um estudo dos núcleos especializados da Defensoria Pública de São Paulo, Ano de obtenção: 2025.
Orientador:  Luciana Gross Cunha.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Acesso à justiça; Defensoria Pública; Sistema de justiça; Políticas públicas; Capacidades estatais.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direitos Humanos.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Sociologia Jurídica.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.

2017 - 2019

Mestrado em Direito.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
com **período sanduíche** em Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Orientador: João Paulo Dias).
Título: Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007-2017) , Ano de Obtenção: 2019.
Orientador:  Fabiana Cristina Severi.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Participação popular; Políticas públicas; Acesso à justiça; Defensoria Pública; (Des)democratização.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito
/ Especialidade: Sociologia Jurídica.
Grande Área: Ciências Humanas / Área:
Ciência Política / Subárea: Políticas
Públicas.
Setores de atividade: Administração
pública, defesa e seguridade social.

2012 - 2016

Graduação em Direito.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: O discurso da meritocracia e a
democratização das instituições de ensino
superior público no Brasil: percepções de
secundaristas de uma escola pública em
Ribeirão Preto - SP sobre vestibular, ações
afirmativas, universidade pública e direito
à educação.
Orientador: Fabiana Cristina Severi.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP,
Brasil.

2007 - 2009

Ensino Médio (2º grau).
Colégio Salesiano Dom Luiz Lasagna,
MSMT, Brasil.

2004 - 2006

Ensino Fundamental (1º grau).
Colégio Salesiano Dom Luiz Lasagna,
MSMT, Brasil.

2003 - 2003

Ensino Fundamental (1º grau).
Escola Estadual Professor Jorge Corrêa,
EEPJC, Brasil.

1999 - 2002

Ensino Fundamental (1º grau).
Escola Estadual Monsenhor Victor Ribeiro
Mazzei, EEMVRM, Brasil.

Formação Complementar

2021 - 2021

Direito Internacional dos Direitos
Humanos: Uma Abordagem
Multidimensional. (Carga horária: 14h).
Diretoria Executiva de Direitos Humanos -
Universidade Estadual de Campinas,
UNICAMP, Brasil.

2021 - 2021

Justiça, Política e Sociedade no Brasil.
(Carga horária: 40h).

2020 - 2020

Técnicas básicas para entrevista com atores do sistema de justiça. (Carga horária: 2h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2020 - 2020

Colóquio Deborah Duprat: por um modelo de justiça integrador. (Carga horária: 20h).
Fórum Justiça, FJ, Brasil.

2019 - 2019

Direito e Relações Raciais. (Carga horária: 2h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2019 - 2019

Boas práticas científicas: a escolha de fontes de informação jurídica. (Carga horária: 1h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2019 - 2019

Ciclo de Formação - Publicar Sem Perecer: sobreviver ao turbilhão. (Carga horária: 23h).
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES/UC, Portugal.

2019 - 2019

Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais. (Carga horária: 3h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2019 - 2019

Direito e políticas públicas: aspectos conceituais e estratégias de pesquisa. (Carga horária: 3h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2018 - 2018

Perversões: as estratégias de dominação no novo ciclo autoritário. (Carga horária: 4h).
Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito, ABRASD, Brasil.

2018 - 2018

5º Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito. (Carga horária: 20h).

2018 - 2018

Docência no Ensino Superior: uma primeira aproximação. (Carga horária: 8h).
Pró Reitoria de Pós Graduação da Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em Minicurso-Determinantes da decisão judicial: análise quantitativa do TJ/SP. (Carga horária: 10h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em Curso na Modalidade de Difusão - Finanças Públicas. (Carga horária: 6h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em Curso na Modalidade de Atualização - Direitos Humanos das Mulheres. (Carga horária: 32h).
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, FDRP / USP, Brasil.

2016 - 2016

Curso de Direito Constitucional para a OAB 2ª Fase - XX Exame de Ordem. (Carga horária: 58h).
Complexo de Ensino Renato Saraiva, CERS, Brasil.

2015 - 2015

Pensamento crítico e pesquisa militante na América Latina. (Carga horária: 8h).
Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais, IPDMS, Brasil.

2014 - 2014

Extensão universitária em Teoria Política contemporânea e desigualdades: instituições e justiça. (Carga horária: 30h).
Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades, CEDD, Brasil.

2014 - 2014

Extensão universitária em Laboratório de Ciências Criminais - Ribeirão Preto. (Carga horária: 33h).
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM, Brasil.

2014 - 2014

Formação em Metodologia-Pesquisa Militante: fortalecendo práticas populares. (Carga horária: 25h).
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular, NAJURP, Brasil.

2013 - 2013

Extensão universitária em Direito e desigualdades: o caso alemão. (Carga horária: 30h).
Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades, CEDD, Brasil.

2003 - 2008

Inglês americano.
Sixty Four English Course, SFEC, Brasil.

Atuação Profissional

Arizona State University, ASU, Estados Unidos.

Vínculo institucional

2024 - 2024

Vínculo: Estágio de pesquisa, Enquadramento Funcional: Visiting Scholar, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Estágio de pesquisa, vinculado ao Doutorado, junto à T. Denny Sanford School of Social and Family Dynamics da Arizona State University, no eixo acesso à justiça e desigualdades.

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, FGV DIREITO SP, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Fundação Getulio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2026 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Líder de Projetos no CEPI da
FGV Direito SP, Carga horária: 40,
Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Líder de Projetos na Linha de Pesquisa em
Ensino e Inovação do Centro de Ensino e
Pesquisa em Inovação (CEPI) da Escola
de Direito de São Paulo da Fundação
Getulio Vargas (FGV Direito SP)

Vínculo institucional

2026 - Atual

Vínculo: Prestador de Serviços,
Enquadramento Funcional: Professor do
FGV LAW, Carga horária: 4

Outras informações

Professor do curso de Pós-Graduação Lato
Sensu (FGV LAW) da Escola de Direito de
São Paulo da Fundação Getulio Vargas
(FGV Direito SP)

Vínculo institucional

2021 - 2025

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Discente de Doutorado
Acadêmico, Carga horária: 40, Regime:
Dedicação exclusiva.

Outras informações

Pesquisador vinculado ao Núcleo de
Justiça e Constituição (NJC) e ao Grupo
de Estudos e Extensão em Acesso à
Justiça e Desigualdades da Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getulio
Vargas (FGV Direito SP), com Bolsa Mario
Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Estágio de Docência, Carga
horária: 5

Outras informações

Estágio Supervisionado em Docência na disciplina Política e Instituições Brasileiras do curso de graduação em Direito da Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP), sob supervisão da Profa. Dra. Luciana Gross Cunha.

Atividades

**05/2021 -
10/2021**

Ensino,

Disciplinas ministradas
Monitor do Curso de Introdução à Pesquisa em Direito do Programa de Apoio e Diversidade (PAD), sob supervisão da Profa. Dra. Máira Rocha Machado.

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Estágio de pesquisa,
Enquadramento Funcional: Pesquisador,
Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Estágio de pesquisa, vinculado ao Mestrado, junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), no eixo prestação de contas do sistema de justiça.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2025

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Doutorado, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2024 - 2024

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Estágio de Pesquisa
no Exterior, Carga horária: 40, Regime:
Dedicação exclusiva.

Outras informações

Estágio de pesquisa, vinculado ao
Doutorado, junto à T. Denny Sanford
School of Social and Family Dynamics da
Arizona State University, no eixo acesso à
justiça e desigualdades (processo n
2023/17529-6).

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Estágio de Pesquisa
no Exterior, Carga horária: 40, Regime:
Dedicação exclusiva.

Outras informações

Estágio de pesquisa, vinculado ao
Mestrado, junto ao Centro de Estudos
Sociais da Universidade de Coimbra
(CES/UC), no eixo prestação de contas do
sistema de justiça (processo n
2018/15767-9).

Vínculo institucional

2018 - 2019

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Mestrado, Regime:
Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Iniciação Científica,
Carga horária: 20

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Estágio Supervisionado em
Docência, Carga horária: 6

Outras informações

Estágio Supervisionado em Docência do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, na disciplina Laboratório do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP), sob supervisão do Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Estágio Supervisionado em
Docência, Carga horária: 6

Outras informações

Estágio Supervisionado em Docência do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, na disciplina Sociologia Geral do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP), sob supervisão do Prof. Associado Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Iniciação Científica,
Carga horária: 20

Atividades

03/2018 - 03/2019

Conselhos, Comissões e Consultoria,
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

Cargo ou função
Representante Discente (RD) junto à
Comissão de Pós-Graduação e à Comissão
Coordenadora do Programa de Mestrado
Acadêmico da Faculdade de Direito de

**08/2015 -
11/2015**

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto,
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

Atividade realizada
Monitor de graduação em Teoria
Constitucional.

**05/2013 -
08/2014**

Conselhos, Comissões e Consultoria,
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

Cargo ou função
Representante Discente (RD) junto à
Comissão Assessora de Avaliação da
Graduação da Faculdade de Direito de
Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo (FDRP/USP).

Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação, PET/MEC, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Extensão
Universitária, Carga horária: 20

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, DPE, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2021

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Prestador de serviço
voluntário, Carga horária: 8

**Outras
informações**

Atuação na área de Infância e Juventude,
junto ao projeto "Políticas públicas para
crianças e adolescentes em situação de
rua em Ribeirão Preto - SP".

Vínculo institucional

2016 - 2017

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Estagiário da área cível, Carga
horária: 20

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Estagiário, Enquadramento
Funcional: Estagiário da 2ª Vara Criminal,
Carga horária: 12

Outras informações

Estágio Curricular Obrigatório - ECO I

Defensoria Pública da União em Ribeirão Preto, DPU, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Estagiário, Enquadramento
Funcional: Estagiário do 4º Ofício, Carga
horária: 12

Outras informações

Estágio Curricular Obrigatório - ECO II

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Doutorado, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2017 - 2018

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Bolsista de Mestrado, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

2025 - 2026

Inteligência artificial generativa no Direito: oportunidades e desafios no Brasil

Descrição: Diante da crescente adoção de tecnologias de Inteligência Artificial generativa em diferentes atividades, serviços e organizações jurídicas, esta pesquisa propõe um estudo inédito sobre seus impactos no ecossistema jurídico brasileiro, em diálogo com tendências e debates internacionais. O objetivo central é construir um panorama detalhado sobre como a IA generativa está transformando as organizações e profissões jurídicas no país, identificando oportunidades, riscos e caminhos para um uso ético, responsável e estratégico da tecnologia. A principal pergunta que guia o projeto é: qual é o impacto da IA generativa no Direito brasileiro e como o setor pode se preparar para o futuro? Utilizando uma metodologia qualitativa e quantitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise regulatória, entrevistas com atores-chave, survey e diálogos interdisciplinares, o estudo busca oferecer recomendações concretas para o desenvolvimento técnico, regulatório e educacional do setor jurídico em face dos avanços da IA generativa.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Marina Feferbaum - Coordenador / Alexandre Pacheco da Silva - Integrante / Ana Paula Camelo - Integrante / Alexandre Zavaglia - Integrante / Ana Carolina R. Dias Silveira - Integrante / Lucas Maldonado D. Latini - Integrante / Marianna Haug - Integrante.

2024 - 2025

Acesso à justiça e desigualdades: um estudo teórico a partir da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Descrição: O presente projeto de estágio no exterior busca desenvolver um estudo teórico sobre as dimensões do conceito de acesso à justiça e sua relação com o campo das desigualdades sociais, a partir do desenho e da atuação institucional da Defensoria Pública de São Paulo em políticas públicas. Os objetivos específicos consistem em: a) mapear no debate acadêmico contemporâneo os principais fatores levantados como condicionantes e/ou limitadores do acesso à justiça de indivíduos e grupos sociais; b) identificar a forma como o campo teórico do acesso à justiça tem incorporado diferentes marcadores sociais de desigualdades (como classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, idade, origem territorial,

deficiência) em suas formulações; c) aprofundar a análise dos resultados empíricos da pesquisa sobre o desenho e a atuação institucional dos núcleos especializados da Defensoria Pública de São Paulo em políticas públicas, na perspectiva teórica do acesso à justiça e desigualdades; d) caracterizar possíveis efeitos da atuação dos núcleos especializados em políticas públicas nas políticas institucionais de acesso à justiça conduzidas pela Defensoria Pública; e) oferecer recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de acesso à justiça no Brasil, à luz das análises realizadas nas etapas anteriores. Do ponto de vista metodológico, a proposta caracteriza-se como um estudo teórico, baseado no levantamento, organização e sistematização de referências do campo contemporâneo em torno do acesso à justiça e desigualdades, além do aprofundamento da análise do resultados empíricos obtidos na pesquisa no Brasil, à luz deste debate.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Doutorado: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Luciana Gross Cunha -
Coordenador / Rebecca Sandefur -
Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa.

2024 - 2025

Inteligência Artificial e Ensino Superior

Descrição: O uso da Inteligência Artificial nas atividades docentes, de gestão administrativa e de gestão pedagógica já é uma realidade. Nas instituições de ensino superior, essas novas tecnologias podem apoiar, por exemplo, a correção ou criação de atividades didáticas, a análise do desempenho dos estudantes, a frequência por meio de reconhecimento facial, a seleção de ingresso no programa, o gerenciamento de documentos escolares, o atendimento de dúvidas e até avaliação de riscos de inadimplência e evasão escolar, apenas para citar alguns exemplos. Nesse momento de transformação no modo como existimos e atuamos no mundo, os conflitos éticos não são poucos. Para lidar com esses conflitos, é necessário conciliar abordagens de custo e benefício, gestão de riscos e proteção a direitos fundamentais. Os benefícios da IA na educação são palpáveis para estudantes e gestores, ainda que não mensurados. Mas há, claro, graves riscos associados a essas utilizações, como, por exemplo, vieses e questões relacionadas à proteção de dados pessoais. A pesquisa proposta pretende aprofundar os fundamentos e aplicações da IA em educação, especificamente da IA Generativa textual, através da análise de políticas de uso e

princípios éticos para utilização que vêm sendo adotados por diferentes cursos e instituições no Brasil e ao redor do mundo. O estudo tem como objetivos gerais mapear as principais tecnologias de IA Generativa incorporadas ao ensino superior, diagnosticar como as IES estão lidando com os desafios éticos, jurídicos e pedagógicos da sua adoção, e analisar princípios e diretrizes para a incorporação de IA Generativa na FGV.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Larissa Cristina Margarido - Integrante / Carla Araújo - Integrante / Clio Radomysler - Coordenador / Enya Costa - Integrante / Olívia Briones - Integrante / Tatiana Soster - Integrante / Tatiane Guimarães - Integrante.

2021 - 2025

Núcleo de Justiça e Constituição

Descrição: O Núcleo de Justiça e Constituição (NJC) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP) é um centro de pesquisas, estudos e debates sobre a relação entre Justiça, Constituição e democracia. O objetivo do núcleo é a disponibilização de um espaço para debates, aperfeiçoamentos e pesquisas acadêmicas sobre as funções das instituições de Justiça e o Estado Democrático de Direito. O NJC está alocado na linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP, realizando pesquisas dentro de três eixos: 1) Supremo Tribunal Federal e Jurisprudência Constitucional; 2) Direitos Fundamentais; e 3) Performance do Sistema de Justiça.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Danieli Rocha Chiuzuli - Integrante / Luciana Gross Cunha - Coordenador / Dimitri Dimoulis - Integrante / Nikolay Bispo - Integrante / Karina Denari - Integrante / Lívia Boruchovitch Fonseca - Integrante / Bárbara Rebeca Alves Magarian - Integrante / Marco Antonio Silva Costa - Integrante / Rebecca Groterhorst - Integrante / Fernanda Cyrineo Pereira - Integrante / Lívia Gonçalves Buzolin - Integrante / Ana Mello Cortês - Integrante / Milena Santana - Integrante.

2021 - 2025

A participação dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas

Descrição: A Defensoria Pública vem conquistando uma posição de destaque na promoção do acesso à justiça, no sistema de justiça e de tutela coletiva dos direitos. Contudo, faltam análises mais sistemáticas sobre o funcionamento, os impactos e os limites de sua atuação institucional no campo das políticas públicas. O objetivo geral desta proposta é analisar as capacidades institucionais dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), a fim de discutir os modos pelos quais têm atuado em processos de produção de políticas públicas, bem como os resultados alcançados, no período 2017-2020. Como fundamentos teórico-metodológicos, a pesquisa dialogará com a perspectiva das capacidades estatais para produção de políticas públicas e com as discussões de acesso à justiça, e seguirá a abordagem empírica multimétodo, a partir do levantamento e da sistematização de registros institucionais da DPESP e da realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam nos Núcleos Especializados.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Doutorado: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Luciana Gross Cunha -
Coordenador.

Financiador(es): Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa /
Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Bolsa.

2019 - 2019

A prestação de contas do sistema de justiça como uma das dimensões do acesso à justiça: um estudo sobre os modos de construção da legitimidade pública das instituições jurídicas contemporâneas

Descrição: O presente projeto de estágio de pesquisa busca fornecer elementos teóricos e bibliográficos para a nossa investigação de Mestrado, que se insere em um campo de estudos que buscam analisar as formas de interação entre a sociedade civil, o direito e as instituições jurídicas, na perspectiva dos processos sociojurídicos recentes de democratização do acesso à justiça e do sistema de justiça. O objetivo central consiste em realizar um estudo sobre os modos de construção da legitimidade pública das instituições jurídicas contemporâneas, considerando a prestação de contas do sistema de justiça como uma das dimensões do direito de acesso à justiça. Como objetivos específicos, buscamos: a) analisar as dimensões do direito de acesso à justiça presentes na Recomendação Geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça da Convenção sobre a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e em outros documentos normativos internacionais pertinentes; b) identificar desenhos institucionais e de política pública de promoção do acesso à justiça que viabilizem e favoreçam a prestação de contas do sistema de justiça. Em termos metodológicos, propomos a realização de uma pesquisa interpretativa, de cunho documental e bibliográfico. No tocante aos resultados, esperamos que o estágio de pesquisa possa oferecer subsídios para a definição dos contornos teóricos contemporâneos do direito de acesso à justiça, com foco na prestação de contas do sistema de justiça junto à sociedade civil como um eixo estruturante desse direito e da legitimidade do poder no Estado de Direito.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Fabiana Cristina Severi -
Coordenador / João Paulo Dias -
Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa.

2017 - 2019

Políticas institucionais de democratização do sistema de justiça brasileiro: uma análise da experiência da Defensoria Pública Estadual em Ribeirão Preto (SP) na realização das Pré-Conferências Regionais de Participação Social

Descrição: O presente projeto de pesquisa insere-se em um campo de estudos que buscam investigar os modos de relação entre a sociedade civil, o direito e as instituições jurídicas, na perspectiva dos processos sociojurídicos recentes de democratização do acesso à justiça e do sistema de justiça brasileiro. O objetivo central consiste em analisar as potencialidades e os limites de impacto da sociedade civil organizada em Ribeirão Preto na disputa pela conformação dos modelos de serviços jurídicos prestados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) na cidade. Como objetivos específicos, buscamos: a) identificar o perfil das demandas sociais direcionadas às Pré-Conferências Regionais da DPESP em Ribeirão Preto em matéria de cidadania, direitos humanos e meio ambiente; habitação, urbanismo e conflitos agrários; e política de atendimento e educação em direitos humanos; b) descrever o percurso das propostas aprovadas na fase das Pré-Conferências Regionais, considerando a etapa estadual, a elaboração do Plano Anual de Atuação Institucional e o monitoramento dos Ciclos de Conferências da DPESP; c) compreender como membros da DPESP e representantes de

grupos e movimentos sociais locais percebem as experiências de funcionamento e de concretização das propostas aprovadas nos Ciclos de Conferências da DPESP; e d) fornecer subsídios para a definição dos contornos dogmáticos contemporâneos do direito de acesso à justiça e de participação nas instituições públicas do sistema de justiça. Em termos metodológicos, propomos a realização de uma pesquisa sociojurídica empírica, de cunho qualitativo, com a coleta de dados fornecidos por documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas, e interpretação dos dados apoiada em ferramentas da Análise de Conteúdo. No tocante aos resultados, esperamos que a pesquisa possa oferecer elementos para um melhor entendimento das dinâmicas dos Ciclos de Conferências da DPESP e para que os agentes do sistema de justiça, em especial da Defensoria Pública, aprimorem os serviços jurídicos prestados, no sentido de aumentar a efetividade da participação democrática na definição das políticas e das diretrizes da instituição.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Fabiana Cristina Severi - Coordenador.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Bolsa.

2015 - 2016

Políticas afirmativas de cotas e a democratização da educação superior pública brasileira: percepções de terceiro-anistas de ensino médio de uma escola pública estadual em Ribeirão Preto sobre democracia, cidadania e universidade

Descrição: O presente projeto de pesquisa apresenta como problemática fundamental os processos sócio-políticos recentes de democratização do Estado e da sociedade brasileira, com foco na implementação de políticas afirmativas de cotas nas instituições públicas de educação superior. O objetivo central é analisar as percepções de terceiro-anistas de ensino médio de uma escola pública em Ribeirão Preto acerca das relações entre democracia, cidadania, acesso e permanência na universidade, com vistas à compreensão do modo como essas políticas públicas específicas influenciam a construção de seus horizontes e trajetórias pessoais de vida. Como objetivos secundários, buscam-se: a) resgatar e sistematizar as fontes históricas disponíveis (por exemplo: livros, relatórios, notícias etc) relacionadas à escola em questão, a fim de melhor entender o ambiente social e político nela

gestado; b) realizar uma revisão bibliográfica sobre: Teoria da Constituição, direito à educação na história constitucional brasileira e os modelos de Estado e de sociedade correspondentes; c) introduzir algumas categorias/elementos teóricos presentes na sociologia política que ajudem a pensar as relações e as contradições imbricadas nos discursos envolvendo democracia, cidadania, efetivação do direito à educação e acesso e permanência na universidade e d) aprofundar os estudos acerca das abordagens qualitativas dos dados em ciências sociais, no intuito de aperfeiçoar a utilização da metodologia proposta. A pesquisa deverá fundamentar-se teoricamente em análises críticas de juristas e de cientistas políticos e sociais que problematizam os sentidos de democracia, de cidadania e de universidade histórica e socialmente produzidos no Brasil, haja vista os atuais desafios em se efetivar o direito à educação e democratizar a universidade. Enquanto metodologia de investigação, propõe-se a realização de uma pesquisa de cunho qualitativo, com a utilização de entrevistas semiestruturadas e interpretação dos dados coletados apoiada na Análise de Conteúdo. Espera-se que as conclusões da pesquisa dialoguem com os estudos políticos e jurídicos que abordam a efetividade do direito à educação, a democratização do ensino superior e o aperfeiçoamento das políticas afirmativas de cotas no contexto brasileiro.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Fabiana Cristina Severi -
Coordenador.
Financiador(es): Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa.

2014 - 2019

Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos,
Democracia e Desigualdades

Descrição: O grupo tem como objetivo geral desenvolver programas de pesquisa, ensino e extensão, por meio de equipes multidisciplinares de pesquisadores voltados para o tema da desigualdade, em suas várias dimensões, e de suas relações com o direito, o sistema de justiça e a cidadania, buscando produzir conhecimentos fundamentais para avaliar políticas públicas e intervenções sociais, analisar textos legislativos e construir mecanismos para estudo e monitoramento do sistema de justiça brasileiro, bem como sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas examinadas. A linha de pesquisa voltada a direitos humanos, desigualdades e movimentos sociais tem como objetivo

específico ampliar e fortalecer as ações interdisciplinares e críticas de pesquisa em direito relacionadas às problemáticas de efetivação dos direitos humanos, de democratização do Estado e do sistema de justiça brasileiro e de ampliação da participação popular nos órgãos da Administração Pública. Pretende-se, assim, desenvolver diagnósticos e análises teórico-empíricas capazes de dialogar com os agentes estatais no monitoramento das políticas públicas.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (9) / Mestrado acadêmico: (6) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Fabiana Cristina Severi - Coordenador / Inara Flora Cipriano Firmino - Integrante / Ana Cláudia Mauer dos Santos - Integrante / Beatriz Carvalho Nogueira - Integrante / Júlia Campos Leite - Integrante / Flávia Passeri - Integrante / Claudia Elias Valente - Integrante / Mariana Albuquerque Zan - Integrante / Yan Bogado Funck - Integrante / Rebeka Lima Cavalcante - Integrante / Sthéfani Luane - Integrante / Ana Luísa Campos - Integrante / Laysi da Silva Zacarias - Integrante / Juliana Moyses - Integrante / Myllena Felix Sampaio - Integrante / Camila Maria de Lima Villarroel - Integrante / Juliana Amoedo - Integrante.

2014 - 2015

Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013)

Descrição: A presente pesquisa apresenta como problemática fundamental algumas das transformações político-jurídicas do Estado brasileiro da última década que possibilitaram a emergência das políticas de cotas nas universidades públicas. O objetivo principal é compreender tais mudanças à luz de algumas categorias analíticas de Antonio Gramsci e de Nicos Poulantzas, também exploradas por seus intérpretes contemporâneos. Como objetivos específicos, buscam-se: a) estudar as teorias do Estado dos marcos teóricos adotados, procurando elementos significativos e/ou categorias para um melhor entendimento da materialidade do aparelho estatal e sua relação com o perfil das ações afirmativas implementadas nas instituições públicas de ensino superior; b) analisar, a partir de fontes oficiais disponíveis, o impacto das políticas de cotas como mecanismos de inclusão e sua efetividade na concretização do direito de acesso ao ensino superior público; c) problematizar a inserção das políticas de cotas no contexto político-social dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e d) reconstruir histórica e juridicamente o período de

redemocratização, em que houve a promessa de um Estado Social e Democrático de Direito através da Constituição Federal de 1988, procurando identificar em tal percurso o surgimento e fortalecimento do debate sobre cotas. A pesquisa toma como referencial metodológico o materialismo histórico-dialético o qual entende que, na análise de determinado fenômeno político-social, devem-se estabelecer mediações entre o particular e o universal, entre o objeto de estudo e o contexto mais amplo em que está inserido. Por meio do estabelecimento dessas relações e da constatação de eventuais contradições, será possível captar o movimento do objeto, sua gênese e seu modo de ser. O material de investigação será um conjunto de estudos sobre os processos sócio-políticos recentes de construção do Estado Social e Democrático de Direito no Brasil, a persistência de desigualdades relativas à efetivação de direitos na sociedade brasileira, o engendramento de políticas de cotas no ensino superior público, a instituição normativa dessas ações afirmativas, as categorias analíticas de Antonio Gramsci e de Nicos Poulantzas, Ciência e Sociologia Política marxista.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Fabiana Cristina Severi -
Coordenador.

Financiador(es): Programa Institucional
de Iniciação Científica da USP - Bolsa.

2011 - 2013

Cartografia social e análise das
experiências de assessorias jurídicas
universitárias populares brasileiras

Descrição: A presente pesquisa teve dois elementos motivadores principais, na perspectiva da equipe realizadora. Um deles, de caráter geral, foi somar-se a um conjunto de análises recentes que têm se proposto a aprofundar as discussões sobre a exigibilidade de direitos humanos, produzindo um entendimento mais profundo a respeito das formas de relação do Judiciário com a sociedade civil e dos obstáculos que os movimentos sociais, classes sociais pobres, trabalhadores organizados, grupos minoritários enfrentam ao buscarem acessar o sistema formal de justiça. O outro esforço, de caráter interno à instituição proponente, foi entender criticamente o papel social e as características da atuação dos advogados populares do Brasil e das assessorias jurídicas universitárias na judicialização dos conflitos sociais e na democratização do acesso ao Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que construíamos, na instituição proponente, uma prática extensionista desse tipo.

Queríamos entender o contexto de surgimento das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUPs) e Advocacias ou Assessorias Populares (APs) no Brasil, seus múltiplos formatos, as transformações nas suas formas de atuação e relação com o Estado, para que a prática local pudesse ser uma prática situada historicamente. Ao mesmo tempo, interessávamos em conhecer alguns desses grupos para que a atuação local pudesse tomar uma dimensão de trabalho em rede.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Fabiana Cristina Severi - Coordenador / André Luis Gomes Antonietto - Integrante / Cinthia de Cássia Cathoia - Integrante / José Roberto Porto de Andrade Junior - Integrante / Aline Sonobe - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

Projetos de extensão

2021 - Atual

Grupo de Estudos e Extensão em Acesso à Justiça e Desigualdades

Descrição: O Grupo de Estudos e Extensão em Acesso à Justiça e Desigualdades tem como objetivo geral a mobilização de pesquisadoras/es de graduação e de pós-graduação, do Direito e de áreas correlatas, internos e externos à Fundação Getúlio Vargas, para desenvolvimento de estudos e projetos em temas relacionados ao acesso à justiça, com ênfase no olhar sobre como as acentuadas e variadas desigualdades (sociais, raciais, de gênero, dentre outras) repercutem na possibilidade de se acessar direitos. Há dois projetos de extensão em desenvolvimento: a) Biblioteca Jurídica Popular, que tem como objetivo a democratização do acesso à informação jurídica, como acesso ao sistema de Justiça e ao Judiciário, por meio da disponibilização e disseminação de conhecimento jurídico claro, objetivo e acessível produzido no âmbito das faculdades e cursos de Direito; e b) Acesso à Justiça e Desastres, que busca abordar a literatura existente sobre acesso à justiça e direito dos desastres, organizando conjuntamente um cronograma de estudos e debates, a partir de temas também definidos pelo grupo. A partir desses debates, propõe-se a elaboração de uma proposta de curso livre a ser ministrado no segundo semestre de 2022 sobre Acesso à Justiça e Desastres, contando com a participação

efetiva dos/as membros/as do grupo na organização e realização do curso, bem como de convidados/as externos/as.
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Inara Flora Cipriano Firmino - Integrante / Danielle Zoega Rosim - Integrante / Danieli Rocha Chiuzuli - Integrante / Luciana Gross Cunha - Coordenador / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Maria Cecília de Araújo Asperti - Integrante / Julia dos Santos Drummond - Integrante.

2017 - 2017

Cursinho Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP

Descrição: Extensivo popular coordenado pelo corpo discente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, com o objetivo de apoiar adolescentes e jovens de baixa renda familiar no ingresso no ensino superior público.
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Ana Luísa Campos - Coordenador / Carolina Franco - Integrante / Bárbara Franciscan - Integrante / Thiago Coelho - Integrante.

2012 - 2016

Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP)

Descrição: Assessoria jurídica popular e educação popular em direitos humanos junto a grupos e movimentos sociais de Ribeirão Preto - SP e região.
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (24) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Fabiana Cristina Severi - Coordenador / Saulo Simon Borges - Integrante / Eller Aguiar Souza Araujo - Integrante / Ana Cláudia Mauer dos Santos - Integrante / André Luis Gomes Antonietto - Integrante / Cinthia de Cássia Cathoia - Integrante.

Projetos de ensino

2018 - 2018

Laboratório: Direito à Moradia

Descrição: A moradia é reconhecida como um direito fundamental pelo regime da

Constituição de 1988, que manifesta conflitos históricos da sociedade brasileira na questão da terra, sendo questão sensível no que diz respeito ao acesso à justiça. O objetivo geral consiste em desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitem discentes para a atuação jurídica competente nas questões relativas ao direito à moradia adequada. Já os objetivos específicos desdobram-se em três dimensões: a) Histórico-sociológica: desenvolver, a partir das teorias decoloniais e dos estudos da subalternidade, uma compreensão histórica do problema da ocupação e da distribuição da terra e da moradia no Brasil, assim como da questão da luta popular por direitos e por acesso à justiça no país; b) Técnico-jurídica: aprofundar a compreensão em processo civil, a partir dos autos de um litígio em andamento sobre um conflito fundiário envolvendo uma coletividade hipossuficiente, de modo a abranger os elementos constitutivos do processo judicial, as estratégias processuais das partes, as regras processuais aplicáveis e a medida em que são observadas ou não na prática; a compreensão do marco jurídico que dirige a atuação estatal na efetivação do direito à moradia; a capacidade crítica diante da complexidade do caso para a efetivação de direitos humanos; c) Científico-pedagógica: desenvolver o domínio de técnicas de pesquisa empírica, em especial a pesquisa de campo e a análise de fluxo processual, a serem empregadas pelos participantes nas atividades do projeto e em suas atividades investigativas; aprofundar a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, baseado em debates teóricos e em métodos participativos, visando a melhoria do processo de avaliação e de autoavaliação.

Situação: Concluído; Natureza: Ensino.

Alunos envolvidos: Graduação: (30) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Ana Cláudia Mauer dos Santos - Integrante / Caio Gracco Pinheiro Dias - Coordenador / Camilo Zufelato - Integrante.

Financiador(es): Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo - Bolsa.

Outros Projetos

2018 - Atual

Grupo de Estudos sobre Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito

Descrição: Nas escolas de Direito do Brasil, a atividade docente é realizada, em grande parte das vezes, por profissionais

que, embora possam ter grande domínio das especialidades que lecionam, não têm uma formação profissional específica para lecionar. Os programas de pós-graduação em Direito, que deveriam ser os espaços privilegiados de formação docente, via de regra não contemplam em seus programas a formação docente senão como prática periférica. Estágios docentes são raros e, quando existem, geralmente se resumem ao auxílio ao docente supervisor na condução de aulas expositivas e atendimento de dúvidas da turma. Resulta disso que quem inicia a atividade docente nas escolas de Direito acaba tendo de confiar na intuição e na imitação dos modelos docentes que conheceu em sua trajetória acadêmica, o que soma à ansiedade provocada por uma atividade em que se tem pouca experiência prática, a insegurança sobre a maneira correta de atuar; além disso, a prática docente sem a formação necessária acaba muitas vezes contribuindo para a reprodução de um modelo tradicional de ensino do Direito, formalista, autoritário, pouco crítico e, no limite, desconectado do contexto no qual irão atuar os discentes depois de formados. A partir das experiências com Estágio de Docência na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), buscando contribuir para a formação profissional de quem se encontra na carreira docente ou planeja nela ingressar, foi criado o Grupo de Estudos sobre Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito, visando estabelecer um espaço para a troca de experiências docentes, discussão de métodos pedagógicos e estratégias didáticas, bem como produção acadêmica sobre o ensino do Direito.

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Caio Gracco Pinheiro Dias - Coordenador / Déise Camargo Maito - Integrante.

2017 - 2021

Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua em Ribeirão Preto - SP

Descrição: O projeto tem como objetivo diagnosticar as necessidades da rede local no tocante ao atendimento de crianças e adolescente em situação de rua, apontando medidas para estruturação dos serviços. Parte-se da premissa da necessidade de incluir o tema na agenda pública, avançando nas discussões para se chegar a ações práticas no campo das políticas públicas. Nesse sentido, entende-se que é um desafio a implicação dos profissionais em diversos níveis de

atuação da gestão pública, seja o profissional da ponta da rede de atendimento que necessita atender a criança ou adolescente, seja o gestor das políticas públicas municipais que precisa estruturar sua rede de atendimento para tanto, através da criação ou do aprimoramento das suas políticas públicas. A especificidade do tema, bem como a carência de serviços específicos, também surgem como desafios importantes. Identifica-se, entre os atores da rede de proteção, uma forte demanda por políticas públicas voltadas a este público específico de crianças e adolescentes, nas suas diversas especificidades, incluindo educação, assistência social, saúde e convivência familiar e comunitária. A ideia central do projeto, portanto, é responder a uma dupla demanda: a) dar visibilidade às crianças e adolescentes em situação de rua e à sua necessidade de políticas públicas específicas, e b) qualificar e/ou criar políticas públicas que atendam no município de Ribeirão Preto a demanda específica de crianças e adolescentes em situação de rua.

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Mariana Albuquerque Zan - Integrante / Danielle Zoega Rosim - Integrante / Bruno Cesar da Silva - Coordenador / Natália da Costa Nora Bugner - Integrante / Renata Romanholi Eik - Integrante / Paula Carolina Barboni Dantas do Nascimento - Integrante / Fernanda Antonioli Cardozo - Integrante.

2013 - 2015

PET-Direitos (Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação) - Observatório de Educação Jurídica

Descrição: O PET-Direitos tem como objetivo geral concentrar e fortalecer as ações de formação interdisciplinar e crítica no curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), afirmando-se no contexto do repertório de experiências das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP's), por meio do desenvolvimento de ações de educação popular junto a comunidades rurais e de regiões urbanas periféricas. Também pretende ser eixo articulador do debate e da produção de análises sobre políticas afirmativas, equidade de gênero e de inclusão social nos cursos jurídicos públicos. As atividades aqui propostas foram pensadas a partir das experiências em extensão realizadas pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP) da FDRP/USP e dos desafios da FDRP/USP em garantir a democratização do acesso ao curso. O PET-Direitos também pretende ser espaço de criação de novas metodologias de ensino, de apoio à

aprendizagem e de monitoramento e avaliação tanto das políticas promovidas pela USP para a democratização do acesso aos cursos de Direito, quanto do desenvolvimento dos objetivos do Projeto Político Pedagógico da FDRP/USP. Nesse sentido, os enfoques de trabalho serão: a) realização do curso de formação 'Promotoras Legais Populares' entre mulheres trabalhadoras rurais de um assentamento de reforma agrária localizado na região de Ribeirão Preto - SP, sobre temas de direitos humanos das mulheres, economia solidária e empoderamento feminino e b) criação do 'Observatório de Educação Jurídica' para monitoramento e produção de reflexões sobre a democratização do ensino público superior em Direito. O projeto está fundamentado nas perspectivas teóricas críticas do Direito e em metodologias participativas de trabalho com grupos sociais.

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Alunos envolvidos: Graduação: (18) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Fabiana Cristina Severi - Coordenador / Marina Roveri Prado - Integrante / Inara Flora Cipriano Firmino - Integrante / Gubran Mohamed Somaili Arroyo - Integrante / Ana Luiza Ferreira Martins Silva - Integrante / Bárbara Oliveira Marcondes - Integrante / Claudia Elias Valente - Integrante / Gabriela de Oliveira Leal - Integrante / Mariana Albuquerque Zan - Integrante / Stephanie dos Santos Druzian - Integrante / João Pedro Azevedo Fazoli - Integrante / Ângela Vieira Frazão Silva - Integrante / Yan Bogado Funck - Integrante / Poliana Chinamerem Moreira Kamalu - Integrante / Mariana Grilli Belinotte - Integrante / Cesar Andre Machado de Moraes - Integrante / Rebeka Lima Cavalcante - Integrante / Bianca Nascimento Battazza - Integrante.

2012 - 2013

Grupo de Estudos de Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito

Descrição: O grupo se dedica ao estudo de teorias do direito e/ou outras formas de pensamento que se articulem, direta ou indiretamente, com o direito. A dinâmica do grupo está focada na participação de todos os membros. Privilegiam-se, ademais, temas e assuntos interdisciplinares, uma vez que se parte do pressuposto da fragilidade dos fundamentos teóricos do direito enquanto campo de conhecimento autônomo, fechado e independente.

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Alunos envolvidos: Graduação: (18) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes - Integrante / Sérgio Nojiri - Coordenador / Camilla Lalli Modenezi - Integrante /

Carolina Mendes G. Oliveira - Integrante /
Victor Gonçalves de Sousa - Integrante /
Octávio S. Morandini - Integrante / Inara
Flora Firmino - Integrante / Marina
Oliveira Teixeira dos Santos - Integrante /
Lucas Doi - Integrante / Carolina Assis -
Integrante / Camila Sato - Integrante /
Danielle Barradas - Integrante / Isadora
Ramos - Integrante / Mariana Andrade -
Integrante / Rodrigo Colléti Piratelli -
Integrante / Danieli Chiuzuli - Integrante /
Sofia Bertolini Martinelli - Integrante /
Isabela de Andréa Sherman Palmer -
Integrante / Henrique Fábio - Integrante.

Membro de comitê de assessoramento

2022 - 2023

Agência de fomento: Programa
Institucional de Bolsas e Voluntários da
UNITINS

Revisor de periódico

2026 - Atual

Periódico: REVISTA DE ESTUDOS
EMPÍRICOS EM DIREITO

2022 - Atual

Periódico: Revista Direito Público

2022 - Atual

Periódico: REVISTA DIREITO E PRÁXIS

2022 - Atual

Periódico: Revista de Informação
Legislativa

2021 - Atual

Periódico: Revista da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

2021 - Atual

Periódico: Revista Acadêmica São
Francisco

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Teoria do
Direito/Especialidade: Teoria do Estado.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Teoria do
Direito/Especialidade: Sociologia Jurídica.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direitos
Humanos.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

5.

Grande área: Ciências Humanas / Área:
Ciência Política / Subárea: Políticas
Públicas.

6.

Grande área: Ciências Humanas / Área:
Educação / Subárea: Ensino do Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Lê
Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2024

Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior
(BEPE), Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de São Paulo (FAPESP).

2021

Bolsista de Doutorado da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior, CAPES.

2021

Bolsista de Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

2020

Aprovação para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Direito - Doutorado Acadêmico (Linha de Pesquisa: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social), Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP).

2019

Aprovação em décimo lugar para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Doutorado Acadêmico (Linha de Pesquisa: Estado, conflitos, justiça e políticas sociais), Universidade Federal de São Carlos - Centro de Educação e Ciências Humanas.

2018

Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

2018

Estagiário bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

2018

Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2017

Prêmio de Reconhecimento de Desempenho de Graduação - 2016, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP).

2017

Aprovação em primeiro lugar para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado Acadêmico, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP).

2017

Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

2016

Estagiário bolsista, Defensoria Pública Estadual (DPESP) em Ribeirão Preto - SP.

2016

Aprovação no XX Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB.

2016

Trabalho indicado para a segunda fase do 24º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP, Pró Reitoria de Pesquisa da USP.

2016

Menção "cum laude" na defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP).

2016

Orador em homenagem à Turma V, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP).

2015

Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

2014

Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica da USP, Santander Universidades.

2013

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), Ministério da Educação (MEC).

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

★ **LEMES, M. B.**. Capacidades estatais no acesso à justiça: um estudo dos núcleos especializados da Defensoria Pública de São Paulo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.20851157>, v. 5, p. e00207, 2026.

2.

RADOMYSLER, C. N. ; ARAUJO, C. R. B. ; COSTA, E. C. S. ; **LEMES, M. B.** ; SOSTER, T. S. . INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA EDUCAÇÃO JUDICIAL: DESAFIOS E BOAS PRÁTICAS. THEMIS - REVISTA DA ESMEC, v. 23, p. 17-41, 2025.

3.

RADOMYSLER, C. N. ; COSTA, E. C. S. ; **LEMES, M. B.** . Inteligência artificial generativa no ensino superior: entre políticas institucionais e práticas em sala de aula. GVCasos - Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, v. 15, p. hip3, 2025.

4.

LEMES, M. B.; PASSOS, A. B. G. ; MARGARIDO, L. C. ; COELHO, P. . Construindo projetos de pesquisa em direito: uma análise do programa de apoio e diversidade da FGV Direito SP. SORTUZ: ONATI JOURNAL OF EMERGENT SOCIO-LEGAL STUDIES, v. 14, p. 137-156, 2024.

5.

LEMES, M. B.; CUNHA, L. G. . Modelo de Ouvidoria Externa da Defensoria Pública e os Desafios do Acesso à Justiça. Revista Direito Público, v. 19, p. 319-342, 2022.

6.

GROSS CUNHA, LUCIANA ; **BUOSI LEMES, MAURÍCIO** ; PAVAN FERRARO, LUÍZA . O desenho de Defensoria Pública no Brasil: disputas institucionais, atuação em políticas públicas e desafios no contexto da pandemia de Covid-19. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais, v. 2, p. 233-276, 2022.

7.

★ **LEMES, M. B.**; SEVERI, F. C. . Políticas institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: uma análise com base nos ciclos de conferências. Revista de Informação Legislativa, v. 58, p. 197-216, 2021.

8.

SILVA, B. C. ; ROSIM, D. Z. ; **LEMES, M. B.** . Parâmetros para a atuação institucional da Defensoria Pública em políticas públicas a partir da problemática de crianças e adolescentes em situação de rua. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, v. 5, p. 102-117, 2020.

9.

★ **LEMES, M. B.;** SEVERI, F. C. . As disputas pelos contornos do acesso à educação superior na Constituição de 1988: capacidade para quem?. REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO, v. 5, p. 50-67, 2019.

10.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE COTAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO CENÁRIO DE MUDANÇAS NO MODELO POLÍTICO-SOCIAL DO BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA (2003-2013). Revista Digital de Direito Administrativo, v. 2, p. 221, 2015.

Capítulos de livros publicados

1.

CUNHA, L. G. ; **LEMES, M. B.** . Defensoria Pública: um ator relevante no sistema de accountability. In: Tatiana Viggiani Bicudo; André Pascoal da Silva. (Org.). Democracia, Moralidade Pública e Transparência: Desafios da Accountability. 1ed.Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2026, v. , p. 356-374.

2.

COELHO, P. ; **LEMES, M. B.** . Acesso à Justiça e Direitos Humanos: um olhar sobre a importância da diversidade institucional a partir da Defensoria Pública e do Poder Judiciário. In: Vital Moreira; Jónatas Machado; Carla de Marcelino Gomes; Catarina Gomes; César Augusto Ribeiro Nunes; Leopoldo Rocha Soares. (Org.). Temas de Direitos Humanos do X Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra 2025. 1ed.Campinas / Jundiaí: Brasília / Edições Brasil, 2026, v. , p. 513-527.

3.

LEMES, M. B.. O campo do Direito e Desenvolvimento e o acesso à justiça: pensando as transformações na Defensoria Pública a partir do ativismo institucional. In: CUNHA, Luciana Gross; BUZOLIN, Lívia Gonçalves; MARGARIDO, Larissa Cristina. (Org.). Pesquisas em direito e desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. 1ªed.São Paulo: FGV Direito SP, 2024, v. 8, p. 225-236.

4.

LEMES, M. B.; COELHO, P. . Debatendo pesquisas no campo do acesso à justiça e das respostas jurídico-institucionais ao problema da violência contra as mulheres: um relato da experiência de coordenação de simpósio no Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. In: Vital Moreira; Jónatas Machado; Carla de Marcelino Gomes; Catarina Gomes; César Augusto Ribeiro Nunes; Leopoldo Rocha Soares. (Org.). Temas de Direitos Humanos do IX Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra 2024. 1ªed.Campinas / Jundiaí: Brasília / Edições Brasil, 2024, v. , p. 294-305.

5.

CUNHA, L. G. ; **LEMES, M. B. .** A disputa sobre os sentidos do texto constitucional: o papel do sistema de justiça a partir de um estudo da Defensoria Pública de São Paulo. In: Rubens Glezer; Ana Laura Pereira Barbosa. (Org.). Resiliência e deslealdade constitucional: uma década de crise. 1ªed.São Paulo: Contracorrente, 2023, v. , p. 339-367.

6.

COELHO, P. ; **LEMES, M. B. .** Diretrizes para a incorporação da perspectiva interseccional de gênero nas políticas públicas de acesso à justiça e na prestação jurisdicional para mulheres em situação de violência. In: Vital Moreira; Jónatas Machado; Carla de Marcelino Gomes; Catarina Gomes; César Augusto Ribeiro Nunes; Leopoldo Rocha Soares. (Org.). Temas de Direitos Humanos do VIII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra 2023. 1ed.Campinas / Jundiaí: Brasília / Edições Brasil, 2023, v. , p. 366-377.

7.

ZUFELATO, C. ; FIRMINO, I. F. C. ; **LEMES, M. B. .** Mapeamento dos serviços e das formas de participação social na gestão das Defensorias Públicas brasileiras. In: Vinícius Alves Barreto da Silva. (Org.). Acesso à Justiça nas Américas. 1ed.Rio de Janeiro: Fórum Justiça, 2021, v. , p. 256-279.

8.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B. .** O planejamento do ensino do Direito no quadro das DCNs de 2018. In: Horácio Wanderlei Rodrigues. (Org.). Educação jurídica no século XXI: as novas Diretrizes Curriculares

9.

ANTONIETTO, A. L. G. ; **LEMES, M. B.** ; SEVERI, F. C. . Participação popular na produção de políticas públicas: o caso dos Conselhos Nacionais e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. In: Fabiana Cristina Severi e Flávia Trentini. (Org.). Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito: coletânea de estudos em comemoração aos 5 anos do Programa de Mestrado em Direito da FDRP/USP. 1ªed.Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2019, v. , p. 524-537.

10.

LEMES, M. B.. Políticas institucionais de democratização do sistema de justiça brasileiro: o caso das cotas raciais para o ingresso na magistratura. In: Fabiana Cristina Severi; Laysi da Silva Zacarias. (Org.). Relatório do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP): Direitos Humanos das Mulheres. 1ªed.Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2017, v. 1, p. 203-209.

11.

LEMES, M. B.; KAHWAGE, T. . Educação com perspectiva de gênero e masculinidade hegemônica: os processos de socialização masculina e a violência contra as mulheres. In: Fabiana Cristina Severi; Laysi da Silva Zacarias. (Org.). Relatório do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP): Direitos Humanos das Mulheres. 1ªed.Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2017, v. 1, p. 133-137.

12.

FIRMINO, I. F. C. ; LEITE, J. C. ; LACAVA, L. V. ; **LEMES, M. B.** . Promovendo a inserção de negros no meio corporativo como alternativa ao histórico de racismo e de marginalização da população negra no Brasil. In: Eduardo Saad-Diniz; Pedro Podboi Adachi; Juliana Oliveira Domingues. (Org.). Tendências em governança corporativa e compliance. 1ed.São Paulo: LiberArs, 2016, v. 1, p. 230-238.

13.

★ FAZOLI, J. P. A. ; **LEMES, M. B.** ; BORGES, S. S. . Construindo novos sentidos para as práticas pedagógicas universitárias: o caso da mobilização estudantil em torno da revisão do Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. In: Fabiana Cristina Severi. (Org.). Relatório de Direitos Humanos - Edição Comemorativa de Cinco Anos do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJURP) da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 1ed.Ribeirão Preto -

14.

CRUVINEL, C. G. ; **LEMES, M. B.** ; PEDROSO, P. C. ; BENATTI, R. M. . A importância da extensão universitária num curso superior público de Direito. In: Fabiana Cristina Severi; Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua. (Org.). Direitos Humanos em Ribeirão Preto (SP) 2014. Relatório do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (NAJURP). 1ed.Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2014, v. 1, p. 41-44.

15.

ZIMMERMANN, M. C. ; **LEMES, M. B.** . Um breve estudo sobre o direito à saúde em Ribeirão Preto. In: Fabiana Cristina Severi; Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua. (Org.). Direitos Humanos em Ribeirão Preto (SP) 2013. Relatório do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (NAJURP). 1ed.Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2013, v. 1, p. 47-54.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

LEMES, M. B.. Reformas institucionais, a agenda de Rule of Law e o Conselho Nacional de Justiça no Brasil. Canal Sul do Núcleo de Direito Global e Desenvolvimento da FGV Direito SP, São Paulo - SP, 07 fev. 2022.

2.

LEMES, M. B.. A participação social na Defensoria Pública de São Paulo. Nexo Acadêmico, 24 nov. 2021.

3.

SEVERI, F. C. ; **LEMES, M. B.** ; SOUZA, R. A. . O debate no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ideologia de gênero e o ensino jurídico. Justificando: Mentis Inquietas pensam Direito, 18 ago. 2020.

4.

LEMES, M. B.. Universidade para quem? As cotas sociais e raciais na USP. Jornal Ócios de Ofício - Política, cultura, humor e outros direitos - o jornal dos alunos e das alunas da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, Ribeirão Preto - SP, , v. 17 - Ano 9, p. 7 - 7, 13 ago. 2018.

5.

LEMES, M. B.. Responsabilidades compartilhadas. Jornal Ócios de Ofício - Política, cultura, humor e outros direitos - o jornal dos alunos e das alunas da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP: novo Projeto Político Pedagógico aprovado, Ribeirão Preto - SP, p. 4 - 6, 16 nov. 2016.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

LEMES, M. B.. Acesso coletivo à justiça racial: a atuação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas antirracistas. In: VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito - ENADIR, 2023. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito - ENADIR, 2023.

2.

LEMES, M. B.; FERRARO, L. P. ; CUNHA, L. G. . A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. In: V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2022, Natal. Anais do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2022.

3.

LEMES, M. B.. O desenho institucional do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atuação em políticas públicas. In: IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2022, São Paulo - SP. Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2022.

4.

LEMES, M. B.. O desenho institucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo voltado à atuação em políticas públicas. In: VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, 2022. Anais de Artigos Completos - Volume 6. VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. Campinas e Jundiaí-SP - Brasil: Editora Brasília/Edições Brasil, 2022. v. 6. p. 385-395.

5.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Narrativas de acesso à justiça e as inovações democráticas introduzidas pela Defensoria Pública no sistema de justiça brasileiro. In: VII Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais: Mobilizações por Direitos e Políticas do Sistema de Justiça, 2020, Rio de Janeiro. Anais do VII Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica da OABRJ, 2020. p. 1379-1391.

6.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007 - 2017). In: I Seminário de Pesquisa 'Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito', 2020, Ribeirão Preto - SP. Anais do I Seminário de Pesquisa. Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2020. p. 152-167.

7.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. In: IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2019, Porto Alegre - RS. Anais do IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2019.

8.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Sistema de justiça e ouvidorias externas: algumas considerações a partir do caso das Defensorias Públicas. In: IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD) - Sociedades Pós-Constitucionais: a Sociologia do Direito após 30 anos de Constituição cidadã (homenagem a José Eduardo Faria), 2018, São Paulo - SP. Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD) - Sociedades Pós-Constitucionais: a Sociologia do Direito após 30 anos de Constituição cidadã (homenagem a José Eduardo Faria), 2018. p. 1053-1062.

9.

★ **LEMES, M. B.;** SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). In: V Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais, 2015, Vitória - Espírito Santo. Anais do V Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais. Brasília: Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS, 2015. p. 533-551.

1.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Acesso à justiça, prestação de contas e democracia participativa nas instituições do sistema de justiça. In: IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD) - Sociedades Pós-Constitucionais: a Sociologia do Direito após 30 anos de Constituição cidadã (homenagem a José Eduardo Faria), 2018, São Paulo - SP. Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD) - Sociedades Pós-Constitucionais: a Sociologia do Direito após 30 anos de Constituição cidadã (homenagem a José Eduardo Faria), 2018. p. 362-364.

2.

DIAS, C. G. P. ; SANTOS, A. C. M. ; **LEMES, M. B.** . Não se nasce docente; forma-se docente: um relato da experiência da elaboração do primeiro plano de ensino. In: X Congresso Nacional de Ensino do Direito e VII Seminário Nacional de Ensino Jurídico e Formação Docente, 2018, Brasília - DF. Anais do X Congresso Nacional de Ensino do Direito e do VII Seminário Nacional de Ensino Jurídico e Formação Docente. Brasília - DF: Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), 2018. p. 258-264.

3.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). In: 22º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP, 2014, Ribeirão Preto - SP. Publicações SIICUSP, 2014.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

LEMES, M. B.. O desenho institucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo voltado à atuação em políticas públicas. In: VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, 2022, Coimbra. Anais de Resumos do VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, 2022. v. 7.

2.

DIAS, C. G. P. ; SANTOS, A. C. M. ; **LEMES, M. B.** . Não se nasce docente; forma-se docente. Um relato da experiência da elaboração do primeiro plano de ensino. In: 4º Congresso de Graduação: buscando a transdisciplinaridade na construção do conhecimento, 2018, São Paulo - SP. Anais do 4º Congresso de Graduação: buscando a transdisciplinaridade na construção do conhecimento. São Paulo - SP: Universidade de São Paulo, 2018. p. 57-57.

3.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Universidade e desigualdades: as reivindicações político-sociais do movimento negro pela democratização da educação superior pública brasileira. In: 24º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP, 2016, Ribeirão Preto - SP. Publicações SIICUSP, 2016.

4.

DIAS, C. G. P. ; **LEMES, M. B.** ; BORGES, S. S. . Ganhos e obstáculos do processo de reforma do Projeto Político Pedagógico do curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP: um relato de experiência democrática em uma instituição hierarquizada. In: III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior: saberes, tecnologias e os desafios para a formação, 2015, João Pessoa - Paraíba. Anais de Resumos do III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior: saberes, tecnologias e os desafios para a formação, 2015. p. 164-164.

5.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). In: 23º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP, 2015, Ribeirão Preto - SP. Publicações SIICUSP, 2015.

6.

HASSE, F. Y. S. ; SILVA, B. F. C. ; GOTTSCHALK, C. ; FELIPPE, D. ; ARAUJO, E. A. S. ; MUZEL, F. ; CAMARA, G. S. ; SANTOS, G. S. B. ; LEAL, G. ; LEITE, J. C. ; LIMA, L. F. ; PIASENTINI, L. ; PRADO, M. R. ; **LEMES, M. B.** ; PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; BORGES, S. S. ; VENEROSO, V. G. ; SEVERI, F. C. . Pela humanização do parto: nascimento não pode ser sinônimo de dor e de sofrimento. In: XIX ENAPET - Encontro Nacional dos Grupos PET, 2014, Santa Maria - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Inovação e Formação: o desafio dessa construção, 2014. p. 1414-1418.

7.

LEMES, M. B.; SILVA, B. F. C. ; GOTTSCHALK, C. ; FELIPPE, D. ; ARAUJO, E. A. S. ; MUZEL, F. ; HASSE, F. Y. S. ; CAMARA, G. S. ; SANTOS, G. S. B. ; LEAL, G. ; LEITE, J. C. ; LIMA, L. F. ;

PIASENTINI, L. ; PRADO, M. R. ; PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; BORGES, S. S. ; VENEROSO, V. G. ; SEVERI, F. C. . Semana do 'Por que Fazer Direito?': compartilhamento de experiências e reflexões conjuntas. In: XIX ENAPET - Encontro Nacional dos Grupos PET, 2014, Santa Maria - RS. Ciências Sociais Aplicadas - Inovação e Formação: o desafio dessa construção, 2014. p. 1419-1423.

Apresentações de Trabalho

1.

LEMES, M. B.. O campo do Direito e Desenvolvimento e o acesso à justiça: pensando as transformações na Defensoria Pública a partir do ativismo institucional. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

2.

LEMES, M. B.. Políticas institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: uma análise com base nos ciclos de conferências. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

LEMES, M. B.; ARAUJO, C. ; RADOMYSLER, C. ; COSTA, E. ; MARGARIDO, L. C. ; BRIONES, O. ; SOSTER, T. ; GUIMARAES, T. . Boas práticas e estratégias de utilização envolvendo inteligência artificial generativa no ensino superior. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

4.

LEMES, M. B.. People-Centered Access to Justice: Global Insights. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

5.

LEMES, M. B.. Oficina de Jurisprudência: O STF e a constitucionalidade do juiz de garantias. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

LEMES, M. B.. Capacidades institucionais dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para participação em processos de produção de políticas públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

7.

LEMES, M. B.. O Supremo Tribunal Federal e a constitucionalidade do juiz de garantias. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

LEMES, M. B.. Oficina sobre relato de experiência. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

LEMES, M. B.. Acesso coletivo à justiça racial: a atuação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas antirracistas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

10.

LEMES, M. B.; CUNHA, L. G. . Capacidades institucionais do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para participação em processos de produção de políticas públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

11.

LEMES, M. B.. Capacidades institucionais dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para participação em processos de produção de políticas públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

12.

LEMES, M. B.. A participação dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

13.

CHIUZULI, D. R. ; **LEMES, M. B. .** Instituições de justiça como variáveis relevantes para a dinâmica da separação de poderes no Brasil. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

LEMES, M. B.. Adequação da literatura sobre mudanças institucionais e ativismo institucional quando se estuda Defensoria Pública. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

15.

LEMES, M. B.; CUNHA, L. G. . A atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na política de vacinação contra a COVID-19 da população prisional. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

16.

LEMES, M. B.; FERRARO, L. P. ; CUNHA, L. G. . A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

17.

LEMES, M. B.. Movimentos sociais e processos de institucionalização na Defensoria Pública. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

LEMES, M. B.. O uso de entrevistas como técnica de pesquisa empírica em Direito. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

CUNHA, L. G. ; **LEMES, M. B. ;** FERRARO, L. P. . O modelo de Defensoria Pública no Brasil: disputas institucionais, atuação em políticas públicas e desafios no contexto da pandemia de COVID-19. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

20.

LEMES, M. B.. O desenho e a atuação institucional do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em políticas públicas de enfrentamento à pandemia de COVID-19. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

21.

LEMES, M. B.. O desenho institucional do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atuação em políticas públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

22.

LEMES, M. B.. O desenho institucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo voltado à atuação em políticas públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

23.

LEMES, M. B.; CUNHA, L. G. . The performance of the Specialized Center for Prison Situations of the Public Defender's Office of the State of São Paulo in the Covid-19 vaccination policy for prisoners. 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

24.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Participação popular na promoção do acesso à justiça - Políticas institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: uma análise com base nos Ciclos de Conferências. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

LEMES, M. B.. Acesso à justiça e metodologia de pesquisa: Participação social nas políticas institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

LEMES, M. B.. A importância de assessorias jurídicas gratuitas e destinadas às mulheres: acesso à justiça e Defensoria Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

LEMES, M. B.. O Direito nas sociedades primitivas e fundamentos de história do Direito. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28.

LEMES, M. B.. Assessoria jurídica e educação popular em direitos humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

LEMES, M. B.. Integração entre ensino, pesquisa e extensão a partir das experiências das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUPs). 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

LEMES, M. B.; CUNHA, L. G. . A atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na política de vacinação contra a COVID-19 de pessoas em unidades prisionais. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

31.

LEMES, M. B.. A participação dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

32.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B. .** Limites e possibilidades da execução a distância dos planos de ensino em tempos de isolamento social: dados coletados no Grupo de Estudos em Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito da FDRP/USP. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

33.

LEMES, M. B.. A estrutura administrativa da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

LEMES, M. B.. Discursos de direitos humanos em uma perspectiva crítica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

LEMES, M. B.. Uma introdução à pesquisa documental em Direito. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

LEMES, M. B.. Ensino e pesquisa do Direito e atuação profissional em direitos humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . As disputas pelos contornos do acesso à educação superior na Constituição de 1988: capacidade para quem?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

38.

LEMES, M. B.. A construção do Estado brasileiro pós Ditadura Civil-Militar (1964-1985). 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

LEMES, M. B.. Projeto Político Pedagógico e gestão democrática do ensino. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

LEMES, M. B.. O acesso à justiça no Brasil e o processo de institucionalização da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

41.

ROSIM, D. Z. ; **LEMES, M. B. .** Principais abordagens teóricas da pesquisa científica em Direito. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B. ;** FIRMINO, I. F. C. ; MOYSES, J. F. . Direito e desigualdades: gênero, classe e raça. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

LEMES, M. B.. Participação e controle social em políticas públicas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

LEMES, M. B.. O processo de avaliação e de revisão do Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo: relato de experiência. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

45.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Democratização e desdemocratização da gestão da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: uma análise crítica dos seus Ciclos de Conferências de Participação Popular. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

46.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

47.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B. ; MIYAHARA, S. F. .** Aula aberta: Formação de docentes para o ensino do Direito. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B. .** Qualificação de docentes para o ensino do Direito por meio de uma Comunidade de Prática: o caso do Grupo de Estudos de Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

49.

LEMES, M. B.. Aspectos político-jurídicos do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de

51.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007-2017). 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

52.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007-2017). 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

53.

LEMES, M. B.. Políticas públicas con enfoque de derechos humanos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. ; DIAS, J. P. . Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública de São Paulo - Brasil. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

55.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Narrativas de acesso à justiça e as inovações democráticas introduzidas pela Defensoria Pública no sistema de justiça brasileiro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

56.

SANTOS, A. C. M. ; DIAS, C. G. P. ; **LEMES, M. B. .** Não se nasce docente; forma-se docente: um relato da experiência da elaboração do primeiro plano de ensino. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

57.

LEMES, M. B.. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

LEMES, M. B.; ROSIM, D. Z. ; CARDOZO, F. A. . Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua: resultados das visitas realizadas às instituições da cidade de Ribeirão Preto - SP e perspectivas da pesquisa teórica. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

SANTOS, A. C. M. ; DIAS, C. G. P. ; **LEMES, M. B. .** Não se nasce docente; forma-se docente. Um relato da experiência da elaboração do primeiro plano de ensino. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

60.

LEMES, M. B.; CARDOZO, F. A. ; ROSIM, D. Z. . Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua em Ribeirão Preto - SP. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

61.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . O sistema de justiça paulista e as inovações democratizantes introduzidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

62.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Acesso à justiça, prestação de contas e democracia participativa nas instituições do sistema de justiça. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

63.

LEMES, M. B.. Cotas raciais: o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186/2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

64.

LEMES, M. B.. O processo de avaliação e de revisão do Projeto Político Pedagógico do curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

65.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Universidade e desigualdades: as reivindicações político-sociais do movimento negro pela democratização da educação superior pública brasileira. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

66.

LEMES, M. B.. Direito à Educação - Curso Noções Gerais de Direito do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

67.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . O direito à educação na história constitucional brasileira: textos e contextos. 2016. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

68.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Universidade e desigualdades: as reivindicações político-sociais do movimento negro pela democratização da educação superior pública brasileira. 2016. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

69.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Universidade e desigualdades: as reivindicações político-sociais do movimento negro pela democratização das instituições públicas de educação superior no Brasil. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

70.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . O processo de avaliação e de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

71.

FIRMINO, I. F. C. ; LEITE, J. C. ; LACAVA, L. V. ; **LEMES, M. B.** ; DINIZ, E. S. . Promovendo a inserção do negro no meio corporativo como alternativa ao histórico de racismo e

72.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. ; DINIZ, E. S. . Violência do Estado e criminalização dos movimentos sociais: um estudo de caso envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

73.

VALENTE, C. E. ; LEAL, G. O. ; SANTOS, G. S. B. ; ZAN, M. A. ; **LEMES, M. B.;** DRUZIAN, S. S. ; SEVERI, F. C. . Educação popular em direitos humanos: relato de uma experiência em escola pública estadual de Ribeirão Preto - SP. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

74.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

75.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

76.

DIAS, C. G. P. ; **LEMES, M. B.;** BORGES, S. S. . Ganhos e obstáculos do processo de reforma do Projeto Político-Pedagógico do curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP: um relato de experiência democrática em uma instituição hierarquizada. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

77.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. ; DINIZ, E. S. . Violência do Estado e criminalização dos movimentos sociais: um estudo de caso envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul. 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

78.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Contextualização histórica das políticas de cotas em universidades públicas federais no cenário de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

79.

SILVA, B. F. C. ; GOTTSCHALK, C. ; FELIPPE, D. ; ARAUJO, E. A. S. ; MUZEL, F. ; HASSE, F. Y. S. ; CAMARA, G. S. ; LEAL, G. ; LEITE, J. ; LIMA, L. ; PIASENTINI, L. ; PRADO, M. ; **LEMES, M. B.;** PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; BORGES, S. S. ; VENEROSO, V. G. ; SEVERI, F. C. ; SANTOS, G. S. B. . Semana do 'Por que Fazer Direito?': compartilhamento de experiências e reflexões conjuntas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

80.

SILVA, B. F. C. ; GOTTSCHALK, C. ; FELIPPE, D. ; ARAUJO, E. A. S. ; MUZEL, F. ; HASSE, F. Y. S. ; CAMARA, G. S. ; LEAL, G. ; LEITE, J. ; LIMA, L. F. ; PIASENTINI, L. ; PRADO, M. R. ; **LEMES, M. B.;** PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; BORGES, S. S. ; VENEROSO, V. G. ; SEVERI, F. C. ; SANTOS, G. S. B. . Pela humanização do parto: nascimento não pode ser sinônimo de dor e de sofrimento. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

81.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

82.

SILVA, B. F. C. ; **LEMES, M. B.;** BORGES, S. S. ; DRUZIAN, S. ; FUNCK, Y. ; SEVERI, F. C. . Plebiscito popular pela reforma do sistema político brasileiro: a luta pela efetiva democratização dos espaços formais de poder. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

83.

BENATTI, R. M. ; BORGES, S. S. ; **LEMES, M. B.;** PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; SEVERI, F. C. ; SILVA, B. F. C. . Ensino Jurídico e Revisão do Projeto Político Pedagógico: relato de uma experiência. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

84.

SEVERI, F. C. ; **LEMES, M. B.;** BENATTI, R. M. ; BORGES, S. S. ; ARAUJO, E. A. S. ; LACAVA, L. V. ; CRUVINEL, C. G. ; HASSE, F. Y. S. ; VILLELA, R. A. ; LIMA, L. F. ; SILVA, B. F. C. ;

Outras produções bibliográficas

1.

MORAES, A. D. ; SANTOS, A. C. M. ; SILVA, A. L. F. M. ; CASTRO, A. S. ; MORAIS, C. A. M. ; VALENTE, C. E. ; ROSIM, D. Z. ; MAITO, D. C. ; SEVERI, F. C. ; LEAL, G. O. ; ZACARIAS, L. S. ; **LEMES, M. B.** ; FRIZZARIM, N. S. ; CAVALCANTE, R. L. ; FUNCK, Y. B. . Relatório de Direitos Humanos: Análise do Processo Judicial de Reintegração de Posse das Comunidades João Pessoa e Nazaré Paulista em Ribeirão Preto - SP. Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2017 (Relatório).

2.

SEVERI, F. C. ; CATHOIA, C. C. ; ANTONIETTO, A. L. G. ; **LEMES, M. B.** ; ANDRADE JUNIOR, J. R. P. ; SÓNOBE, A. . Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras. Ribeirão Preto - SP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), 2014 (Relatório).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1.

LEMES, M. B.. Parecerista de Trabalhos no IX Encontro Brasileiro de Administração Pública (IX EBAP). 2022.

Trabalhos técnicos

1.

DIAS, C. G. P. ; ZUFELATO, C. ; SEVERI, F. C. ; PENTEADO, L. C. ; OLIVEIRA, J. M. ; SANTOS, M. O. T. ; VEIGA, M. P. ; **LEMES, M. B.** ; GONÇALVES, A. P. ; SALGADO, R. C. ; SANTOS, G. S. B. ; PEDROSO, P. C. ; QUINELATO, P. D. ; BORGES, S. S. . Relatório de Autoavaliação de Curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2014.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

LEMES, M. B.. Relações entre Defensoria Pública de SP e movimentos de moradia estão enfraquecidas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Demais tipos de produção técnica

1.

CAMELO, A. P. ; ZAVAGLIA, A. ; SILVEIRA, A. C. R. D. ; LATINI, L. M. D. ; HAUG, M. ; **LEMES, M. B.** ; FEFERBAUM, M. . Inteligência artificial generativa no Direito: oportunidades e desafios no Brasil. 2026. (Relatório de pesquisa).

2.

CAMELO, A. P. ; ZAVAGLIA, A. ; SILVEIRA, A. C. R. D. ; LATINI, L. M. D. ; **LEMES, M. B.** ; FEFERBAUM, M. . A regulação da inteligência artificial: efeitos na prática jurídica e no futuro da advocacia e da justiça no Brasil. 2026. (Relatório de pesquisa).

3.

CAMELO, A. P. ; ZAVAGLIA, A. ; SILVEIRA, A. C. R. D. ; LATINI, L. M. D. ; **LEMES, M. B.** ; FEFERBAUM, M. . Os impactos da IA Generativa na prática jurídica: aprofundando o debate. 2025. (Relatório de pesquisa).

4.

ASPERTI, M. C. A. ; CUNHA, L. G. ; GABBAY, D. M. ; BIANCHINI, C. ; CHIUZULI, D. R. ; SANTOS, H. S. ; FIRMINO, I. F. C. ; DRUMMOND, J. S. ; GARROTE, M. ; **LEMES, M. B.** ; NOGUEIRA, R. B. F. . Biblioteca Jurídica Popular: um guia de sugestões e ideias para produção de materiais no âmbito das disciplinas e atividades da graduação em Direito para um maior impacto social. 2022. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material instrucional).

5.

PONZILACQUA, M. H. P. ; POSSEBON, E. G. ; BIANCHINI, A. L. ; MOYSES, J. F. ; **LEMES, M. B.** ; SACILOTTO, L. M. ; FORMIGA, P. G. . Existências e conexões: abordagens sociojurídicas e ambientais. 2020. (Membro de Conselho Editorial e Científico).

6.

7.

SEVERI, F. C. ; FIRMINO, I. F. C. ; SOLLA, K. R. ; ZACARIAS, L. S. ; **LEMES, M. B.** ; KAHWAGE, T. . Tecendo Fios das Críticas Feministas ao Direito no Brasil. 2019. (Edição e transcrição de áudios).

8.

AMARAL, C. P. ; MARQUES, J. F. ; BIALECKI, T. ; MARCONDES, B. O. ; SATO, C. Y. ; DEARO, C. F. ; CRUVINEL, C. G. ; PASQUARELLI, D. L. ; FIRMINO, I. F. C. ; PALMER, I. A. S. ; CAMPO, I. P. ; DIAS, L. ; ULHOA, L. ; ANDRADE, M. C. ; OLIVEIRA, M. B. ; SANTOS, M. O. T. ; **LEMES, M. B.** ; LEITE, J. C. ; VILELA, R. A. ; NAKAMURA, T. T. ; et.al . Disponibilização de informações carcerárias pelos estados. 2015. (Relatório de pesquisa).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

LEMES, M. B.; CARINHANHA, A. M. S. C.; FIRMINO, I. F. C.. Participação em banca de Tiago da Silva Carvalho. Tutela coletiva e Defensoria Pública: Análise do acesso à justiça aplicado ao caso do 5º Núcleo Regional de Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. 2024. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Relações Étnico-Raciais e Gênero: Ferramentas Teóricas e Práticas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

2.

GUIMARAES, L. G.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Jacqueline Leite de Souza. Passe livre nas eleições: a ADPF 1013 e sua implementação local para a garantia de transporte público urbano gratuito no Estado de São Paulo. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

3.

GUIMARAES, L. G.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Jannyne Raquel Oliveira Gonçalves. Direitos reprodutivos em juízo: como o STF decide sobre diversos tópicos de direitos reprodutivos?. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

4.

VIDOTTI, A. L. G.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Pedro Furtuoso Araújo. Controle de constitucionalidade de leis urbanísticas: como o TJSP julga a relação entre leis específicas e plano diretor?. 2022. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

5.

VIDOTTI, A. L. G.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Heloísa Salles Camargo. Atores da sociedade civil e a litigância pela moradia na ADPF 828. 2022. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

SEVERI, F. C.; FIRMINO, I. F. C.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Juliana Amoedo Plácido. O conceito de política de presença de Anne Phillips e a representatividade de mulheres nas instâncias legislativas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

2.

SEVERI, F. C.; CASTRO, A. S.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Claudia Elias Valente. Análise do perfil de financiamento de campanha nas eleições municipais das capitais da região Sudeste antes e depois do julgamento da ADI 4.650 de 2015. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

3.

SEVERI, F. C.; KAHWAGE, T.; **LEMES, M. B.**. Participação em banca de Mariana Albuquerque Zan. O direito de acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e o dever da devida diligência à luz da Lei Maria da Penha. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Outras participações

1.

LEMES, M. B. Avaliador/interlocutor institucional no 1º Simpósio NJC de Iniciação Científica do Núcleo de Justiça e Constituição da FGV Direito SP. 2023. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

2.

LEMES, M. B. Debatedor de textos no Laboratório de Argumentos do Núcleo de Justiça e Constituição da FGV Direito SP. 2023. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

3.

COELHO, P.; **LEMES, M. B.** Coordenação do Simpósio Temático "Acesso à justiça e respostas jurídico-institucionais no enfrentamento à violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva interseccional" no VIII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra: uma visão transdisciplinar. 2023. Ius Gentium Conimbricæ/Centro de Direitos Humanos.

4.

COELHO, P.; **LEMES, M. B.** Coordenação do Simpósio Temático "Acesso à justiça e respostas jurídico-institucionais no enfrentamento à violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva interseccional" no VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2022. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

5.

KAHWAGE, T. L.; **LEMES, M. B.** Avaliador do Grupo de Trabalho: Acesso à justiça e desigualdades, na Mesa: Gênero e questões sociais, do II Seminário de Pesquisa: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. 2020. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

6.

PONZILACQUA, M. H. P.; **LEMES, M. B.**; MOYSES, J. F. Avaliador do I Seminário Internacional de Direito e Religião. 2019. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

7.

LEMES, M. B., Avaliador do 27º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP. 2019. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

8.

LEMES, M. B.; DIAS, C. G. P.. Avaliador do 26º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP. 2018. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

9.

LEMES, M. B.; DIAS, C. G. P.. Avaliador do 25º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo - SIICUSP. 2017. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

47º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).Capacidades institucionais do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para participação em processos de produção de políticas públicas. 2023. (Encontro).

2.

VIII Encontro Nacional de Antropologia do Direito - ENADIR.Acesso coletivo à justiça racial: a atuação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas antirracistas. 2023. (Encontro).

3.

XII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.Capacidades institucionais dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para participação em processos de produção de políticas públicas. 2023. (Encontro).

4.

Colóquio "Sistema de Justiça e Sociedade: marcos para a redemocratização do Brasil" - Oficina "Sistema de Justiça e Sociedade: o Conselho Nacional de Justiça em destaque". 2022. (Oficina).

5.

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública (IX EBAP).O desenho institucional do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atuação em políticas públicas. 2022. (Encontro).

6.

Pontos Cegos da Tortura: a Suspensão das Audiências de Custódia durante a Pandemia em São Paulo. 2022. (Exposição).

7.

Seminário de diagnóstico das inspeções de monitoramento das condições de aprisionamento realizadas pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2022. (Seminário).

8.

V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas.A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 2022. (Encontro).

9.

XI Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.O modelo de Defensoria Pública no Brasil: disputas institucionais, atuação em políticas públicas e desafios no contexto da pandemia de COVID-19. 2022. (Encontro).

10.

A prerrogativa de requisição das Defensorias Públicas: conformação constitucional e a promoção do acesso à justiça às populações marginalizadas. 2021. (Exposição).

11.

12.

Conferência - Mesa de Abertura e Paineis 1: Pesquisa empírica no campo do Direito nos tempos atuais, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

13.

Conferência - Paineis 2: Metodologias, interseccionalidades e pesquisa empírica no Direito, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

14.

Decisões Judiciais em Perspectivas Feministas. 2021. (Oficina).

15.

III Seminário de Pesquisa Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. A participação dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na produção de políticas públicas. 2021. (Seminário).

16.

Mesa Redonda: Marcadores de diferença na atividade jurisdicional na Região Metropolitana de Belém, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

17.

Mesa Redonda - Entre a Antropologia e o Direito: pesquisas empíricas e possibilidades de diálogo, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

18.

Mesa Redonda - Pesquisa empírica, discursos e instituições jurídicas: limites, potencialidades e desafios, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

19.

Relatório da Comissão Interamericana e as Persistentes Violações de Direitos Humanos no Brasil. 2021. (Exposição).

20.

Reorientando a atuação do sistema de justiça: advocacy e litigância estratégica em demandas de relações raciais. 2021. (Outra).

21.

Rodas de Conversa - Assembleia da Rede de Estudos Empíricos em Direito, do X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito. 2021. (Encontro).

22.

Workshop Internacional - Políticas judiciárias em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres: avanços e desafios. 2021. (Outra).

23.

X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito: Interseccionalidades e Direitos na Pesquisa Empírica. A atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na política de vacinação contra a COVID-19 de pessoas em unidades prisionais. 2021. (Encontro).

24.

Acesso à justiça para mulheres. 2020. (Exposição).

25.

Backward Design no ensino de inglês acadêmico: objetivos de aprendizagem, planejamento e avaliação. 2020. (Exposição).

26.

Ciclo de Reflexões sobre a Educação Jurídica: Métodos de Ensino do Direito. 2020. (Exposição).

27.

Colóquio Deborah Duprat - por um modelo de justiça integrador: Interseccionalidade, Raça e Gênero no Sistema de Justiça. 2020. (Encontro).

28.

Colóquio Deborah Duprat - por um modelo de justiça integrador: Liberdade de Manifestação e Opinião no Sistema de Justiça. 2020. (Encontro).

29.

Colóquio Deborah Duprat - por um modelo de justiça integrador: Necropolítica e Encarceramento e o Sistema de Justiça. 2020. (Encontro).

30.

Colóquio Deborah Duprat - por um modelo de justiça integrador: Política Judicial e Democratização do Sistema Justiça. 2020. (Encontro).

31.

Colóquio Deborah Duprat - por um modelo de justiça integrador: Terra, Territórios e Povos Indígenas e o Sistema de Justiça. 2020. (Encontro).

32.

Debate sobre Ensino: "Educação já". 2020. (Encontro).

33.

Democratizando o acesso à justiça. 2020. (Seminário).

34.

Ensino online de escrita acadêmica em inglês usando o Google Classroom. 2020. (Exposição).

35.

Escrita acadêmica para alunos de pós-graduação: estratégias e ferramentas eletrônicas. 2020. (Exposição).

36.

Mesa de Debate - Direito, Poder e Sociedade. 2020. (Seminário).

37.

Mesa de Debate - Sistema de justiça e desigualdades. 2020. (Seminário).

38.

Usando o COCA na escrita acadêmica em inglês. 2020. (Exposição).

39.

VI Seminário de Direito, Psicologia e Neurociência - Dinâmicas Familiares. 2020. (Seminário).

40.

VI Seminário de Direito, Psicologia e Neurociência - Punição, Punitivismo e Cárcere. 2020. (Seminário).

41.

5º Congresso de Graduação da USP: Caminhando para a Inovação Curricular. Qualificação de docentes para o ensino do Direito por meio de uma Comunidade de Prática: o caso do Grupo de Estudos de Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2019. (Congresso).

42.

8º Seminário de Pesquisa de Direito Administrativo - O Direito Administrativo para o desenvolvimento: barreira ou reforço?. Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2019. (Seminário).

43.

A Agenda "Mulheres, Paz e Segurança": ausências e caminhos a percorrer. 2019. (Outra).

44.

A construção de uma escola pública de qualidade em tempos de obscurantismo e cortes de gastos. 2019. (Exposição).

45.

Ciclo de Conferências sobre o Futuro do Brasil: comunicação midiática e ética no âmbito das diversidades étnico-sociais. 2019. (Exposição).

46.

Ciclo de Conferências sobre o Futuro do Brasil: desafio do direito à cidade na era da financeirização. 2019. (Exposição).

47.

Ciclo de Conferências sobre o Futuro do Brasil: Plano Diretor e as interações sociais na cidade. 2019. (Exposição).

48.

Comunicação e democracia: questões sobre regulação da mídia no Brasil. 2019. (Seminário).

49.

Constitucionalismo periférico três décadas depois. 2019. (Exposição).

50.

Conversas sobre masculinidades. 2019. (Seminário).

51.

Cortem-lhe a cabeça: uma leitura de Kelsen a partir de Alice no País das Maravilhas. 2019. (Exposição).

52.

Discursos de ódio e fake news da extrema direita e seus impactos nos modos de vida de minorias sexuais, étnicas e religiosas - o caso do Brasil. 2019. (Exposição).

53.

Educação, racismo e ações afirmativas: saberes, experiências e deslocamentos. 2019. (Encontro).

54.

55.

Exames de língua inglesa: TOEFL, iBT e IELTS. 2019. (Exposição).

56.

Future-se. 2019. (Encontro).

57.

Gender Workshop: "Narrativas legais e sentido feminista de justiça". 2019. (Outra).

58.

Gênero, violência e territorialidade: olhares sobre o feminicídio. 2019. (Encontro).

59.

I Seminário de Pesquisa "Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito". Participação popular na promoção do acesso à justiça: uma análise da interação entre demandas dos movimentos de defesa do direito à moradia e Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências (2007-2017). 2019. (Seminário).

60.

IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2019. (Encontro).

61.

Memória pública da escravidão e reparações: um debate internacional com uma história longa e atual. 2019. (Exposição).

62.

Mídia, opinião pública e processo decisório no Supremo Tribunal Federal (STF). 2019. (Exposição).

63.

Ministério Público, Direito e Democracia. 2019. (Seminário).

64.

O medo do crime no Brasil e os processos de subjetivação contemporâneos. 2019. (Seminário).

65.

Os jovens adultos, a sociedade e o crime: que respostas?. 2019. (Encontro).

66.

Pensar Moçambique: pontes entre Academia e a Sociedade. 2019. (Encontro).

67.

Periferias e suas transformações recentes. 2019. (Encontro).

68.

Políticas sociais e construção de capacidades para o enfrentamento da pobreza no Brasil (1988 - 2018). 2019. (Seminário).

69.

Privatização da educação superior no Brasil e desmonte da rede pública. 2019. (Exposição).

70.

Racismo e universidade: reflexões sobre a (in)visibilidade do racismo no ensino superior. 2019. (Seminário).

71.

Reforma da Previdência - Aposentadoria dos servidores públicos: o texto aprovado na Câmara e a discussão no Senado. 2019. (Exposição).

72.

Seminário de Pesquisa: "Acesso à Justiça e Desigualdades". Democratização e desdemocratização da gestão da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: uma análise crítica dos seus Ciclos de Conferências de Participação Popular. 2019. (Seminário).

73.

Sob Traçantes: a gente não tem outra opção senão continuar lutando!. 2019. (Seminário).

74.

VII Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Pré-Conferência Regional de Ribeirão Preto. Eixo de Infância e Juventude. 2019. (Outra).

75.

IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD) - Sociedades Pós-Constitucionais: a Sociologia do Direito após 30 anos de Constituição cidadã. Homenagem a José Eduardo Faria. Acesso à justiça, prestação de contas e democracia participativa nas instituições do sistema de justiça. 2018. (Congresso).

76.

Memórias e resistências brasileiras: sobre o direito à própria história. 2018. (Encontro).

77.

Nazi-fascismo, guerra, holocausto: história viva na Alemanha. 2018. (Encontro).

78.

Os desafios da autonomia universitária: história recente da USP. 2018. (Exposição).

79.

Palestra: Desmilitarização e políticas carcerárias. 2018. (Exposição).

80.

Seminário Socioambiental - Direito Urbanístico e Sustentabilidade no contexto da nova legislação fundiária e urbana. 2018. (Seminário).

81.

VIII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.O sistema de justiça paulista e as inovações democratizantes introduzidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2018. (Encontro).

82.

VII Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais.Narrativas de acesso à justiça e as inovações democráticas introduzidas pela Defensoria Pública no sistema de justiça brasileiro. 2018. (Seminário).

83.

X Congresso Nacional de Ensino do Direito e VII Seminário Nacional de Educação Jurídica e Formação Docente. Não se nasce docente; forma-se docente: um relato da experiência da elaboração do primeiro plano de ensino. 2018. (Congresso).

84.

Assessoria Jurídica Popular: o Direito e a Comunidade. O NAJURP - Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto. 2017. (Exposição).

85.

Contribuições da metodologia qualitativa para as pesquisas em saúde. 2017. (Exposição).

86.

Encontro Regional de Pesquisa Empírica em Direito.Universidade e desigualdades: as reivindicações político-sociais do movimento negro pela democratização da educação superior pública brasileira. 2017. (Encontro).

87.

I Seminário "Transformando olhares". 2017. (Seminário).

88.

I Workshop "Lei Maria da Penha e justiça restaurativa: é possível mediar casos de violência de gênero?". 2017. (Outra).

89.

Justiça e realidade brasileira. 2017. (Seminário).

90.

Mesa Redonda: Perspectivas para Participação na Gestão Pública. 2017. (Encontro).

91.

Mesa Redonda: Saúde Mental na Pós Graduação. 2017. (Encontro).

92.

Racismo e Instituições II - Mesa Redonda: Ações Afirmativas nas Universidades Públicas de São Paulo. 2017. (Seminário).

93.

VI Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Pré-Conferência Regional de Ribeirão Preto.Eixo de Infância e Juventude. 2017. (Outra).

94.

14ª Feira de Profissões da USP - Interior - Campus de Pirassununga. O curso de Direito e a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2016. (Feira).

95.

A crise ético-política contemporânea. 2016. (Exposição).

96.

Antropologia do Direito. 2016. (Exposição).

97.

Consequências da Política Educacional para a Escola Pública - XIII Semana da Educação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2016. (Exposição).

98.

Crise política, mídia e a luta pelo poder no Brasil. 2016. (Exposição).

99.

Educação em Direitos e Ações Possessórias. 2016. (Encontro).

100.

Escola sem doutrinação ou sem educação? Reflexões sobre o projeto Escola Sem Partido. 2016. (Exposição).

101.

IX Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2016. (Outra).

102.

Justiça, direitos sociais e Estado social. 2016. (Exposição).

103.

Movimentos de Luta pela Educação Básica Pública - XIII Semana da Educação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2016. (Exposição).

104.

O desmonte da Administração Pública no atual governo. 2016. (Exposição).

10
5.

Práticas educativas inovadoras: construindo a autonomia na escola pública. O Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP). 2016. (Encontro).

10
6.

Racismo e Instituições. 2016. (Seminário).

10
7.

Semana das Minorias - Centro Acadêmico Antonio Junqueira de Azevedo. 2016. (Encontro).

10
8.

Uma avaliação panorâmica do Direito Urbanístico brasileiro. 2016. (Exposição).

10
9.

A internacionalização da educação superior brasileira no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos da América. 2015. (Exposição).

11
0.

Diálogos entre Direito e Antropologia. 2015. (Exposição).

11
1.

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas - Aproximando agendas e agentes. 2015. (Encontro).

11
2.

I Seminário Internacional sobre Gênero, Raça e Justiça. 2015. (Seminário).

11
3.

Lançamento do Dossiê "Rolezinhos: Shopping Centers e violações de direitos humanos no estado de São Paulo".Organização do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP). 2015. (Outra).

11
4.

Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. 2015. (Exposição).

11
5.

Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Transexuais: da patologização à cidadania. 2015. (Encontro).

11
6.

V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Pré-Conferência Regional de Ribeirão Preto.Eixo de Infância e Juventude. 2015. (Outra).

11
7.

VIII Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP): O Novo Processo Civil Brasileiro. 2015. (Exposição).

11
8.

V Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais.Análise crítica das políticas de cotas em universidades públicas no contexto de mudanças no modelo político-social do Brasil da última década (2003-2013). 2015. (Seminário).

11
9.

Workshop Nacional sobre Organismos Universitários de Direitos Humanos. 2015. (Outra).

12
0.

XIII Encontro dos Grupos PET da USP (EPETUSP) - Ensino: perspectivas do atual modelo de educação na USP. Educação popular em direitos humanos: relato de uma experiência em escola pública estadual de Ribeirão Preto - SP. 2015. (Encontro).

12
1.

XI Semana Gramsciana: Desafios para a construção da democracia na escola pública. 2015. (Seminário).

12
2.

Análise de dados qualitativos na ótica da perspectiva da hermenêutica dialética. 2014. (Exposição).

12
3.

Desigualdades e Direito: contribuições de Pierre Bourdieu. 2014. (Exposição).

12
4.

Encontro Aberto - Currículo dos Cursos de Graduação: enfoque interdisciplinar. 2014. (Encontro).

12
5.

Semana de Recepção aos Calouros 2014 da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Grupo PET-Direitos da FDRP/USP. 2014. (Outra).

12
6.

Seminário do Centro de Estudos em Direitos e Desigualdades (CEDD): Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Tutela Coletiva e Judicialização da Saúde. 2014. (Seminário).

12
7.

XII Encontro dos Grupos PET da Universidade de São Paulo - Extensão como diálogo: sociedade e universidade. Plebiscito popular pela reforma do sistema político brasileiro: a luta pela efetiva democratização dos espaços formais de poder. 2014. (Encontro).

12
8.

XIX ENAPET - Encontro Nacional dos Grupos PET. Inovação e formação: o desafio dessa construção. Semana do 'Por que Fazer Direito?': compartilhamento de experiências e reflexões conjuntas. 2014. (Congresso).

12
9.

"Desigualdades, cidadania e classes sociais no Brasil". Seminários Direito e Desigualdades. 2013. (Seminário).

13
0.

6ª Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Direito Brasileiro: Balanços e Perspectivas. 2013. (Outra).

13
1.

Caminhos para o Acesso à Moradia. 2013. (Seminário).

13
2.

III Seminário de Pesquisa em Direito Administrativo. 2013. (Seminário).

13
3.

II Simpósio de Direito e Economia da Jurisconsultus. 2013. (Simpósio).

13
4.

IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Pré-Conferência Regional de Ribeirão Preto. 2013.

(Outra).

13
5.

Palestra: "A Desaposentação" ; Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho e Previdência Social. 2013. (Outra).

13
6.

Palestra: "Assédio moral e sexual nas relações de trabalho"; Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho e Previdência Social. 2013. (Outra).

13
7.

Palestra: "Combate ao Trabalho Infantil e a Proteção ao Adolescente no Direito do Trabalho"; Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho e Previdência Social. 2013. (Outra).

13
8.

Palestra: "Comissão da Verdade, e daí? Diálogo Social: Comissão da Verdade 'Rubens Paiva'.". 2013. (Outra).

13
9.

Palestra: "Cronologias do Crime Organizado em São Paulo: regulação da morte, controle da vida". 2013. (Outra).

14
0.

Seminário: "Direito e Arte". 2013. (Seminário).

14
1.

XI Encontro dos Grupos PET da USP: Visão Interdisciplinar no Desenvolvimento de ações relacionadas à área de pesquisa. 2013. (Encontro).

14
2.

5ª Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP: "Novos desafios para o Direito: diálogos transdisciplinares. 2012. (Outra).

14
3.

A Filosofia do Direito Contemporânea: Horizontes e Perspectivas. 2012. (Seminário).

14
4.

Alexy e a Teoria da Argumentação. 2012. (Seminário).

14
5.

Fundamentação fenomenológica do Direito em Hermann Schmitz: honra e vergonha. 2012. (Seminário).

14
6.

II Congresso Internacional Constitucionalismo e Democracia: o novo constitucionalismo latino-americano - Cultura Jurídico-Constitucional e Integração Latino-Americana. 2012. (Congresso).

14
7.

II Semana de Direito Constitucional. 2012. (Outra).

14
8.

I Simpósio de Direito e Economia. 2012. (Simpósio).

14
9.

Palestra: "O lugar do Direito na Teoria dos Sistemas". 2012. (Outra).

15
0.

Palestra: "O Novo Código Comercial". 2012. (Outra).

15
1.

Poder Econômico e Direito. 2012. (Seminário).

15
2.

Primeiro Encontro Saúde, Ocupação e Contextos Psicossociais: População em Vulnerabilidade, Intersetorialidade e Cidadania. 2012. (Encontro).

15
3.

Seminário: "Ética nas Relações Jurisdicionais". 2012. (Seminário).

15
4.

Seminário Permanente em Teoria do Direito: Perspectivas Metodológicas. 2012. (Seminário).

15
5.

Simpósio: "Da Integridade Física ao Livre Uso do Corpo". 2012. (Simpósio).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B.** . Mesa Redonda - O Ensino da Dogmática Jurídica e o Desafio da Interdisciplinaridade. 2020. (Exposição).

2.

CHIUZULI, D. R. ; PENHA, E. T. ; FIRMINO, I. F. C. ; ZAN, M. A. ; **LEMES, M. B.** ; LOCHAGIN, G. L. ; NOJIRI, S. . II Encontro de Egressos da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). 2020. (Outro).

3.

DIAS, C. G. P. ; MAITO, D. C. ; **LEMES, M. B.** . Seminário: Relatos de Experiência do Grupo de Estudos em Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito. 2020. (Outro).

4.

DIAS, C. G. P. ; SEVERI, F. C. ; PORTO, A. C. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FIRMINO, I. F. C. ; SERRA, J. O. ; **LEMES, M. B.** . I Seminário de Pesquisa "Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito". 2019. (Congresso).

5.

LEMES, M. B.; SEVERI, F. C. . Lançamento e debate do livro "O Direito das Lutas: democracia, diversidade, multinormatividade", com José Rodrigo Rodriguez. 2019. (Exposição).

6.

SEVERI, F. C. ; **LEMES, M. B.** . Simpósio Brasil-Colômbia de Pesquisa em Direitos Humanos. 2019. (Outro).

7.

SILVA, B. C. ; BUGNER, N. C. N. ; EIK, R. R. ; NASCIMENTO, P. C. B. D. ; ROSIM, D. Z. ; CARDOZO, F. A. ; **LEMES, M. B.** . Seminário "Perspectivas e diálogos sobre políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes em situação de rua". 2018. (Outro).

8.

SILVA, B. C. ; BUGNER, N. C. N. ; EIK, R. R. ; NASCIMENTO, P. C. B. D. ; CARDOZO, F. A. ; ROSIM, D. Z. ; **LEMES, M. B.** . Audiência Pública - Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua em Ribeirão Preto - SP. 2018. (Outro).

9.

SEVERI, F. C. ; **LEMES, M. B.** ; CARNEIRO, L. ; CAVALCANTE, R. L. ; VALENTE, C. E. ; BATTAZZA, B. N. ; SILVA, A. V. F. ; FAZOLI, J. P. A. ; LUANE, S. . Semana do "Por que Fazer Direito?": crise político-institucional e o sistema de justiça. 2016. (Outro).

10.

SEVERI, F. C. ; **LEMES, M. B.** ; BORGES, S. S. ; DRUZIAN, S. ; SANTOS, G. S. B. ; QUINELATO, P. D. . Formação "Por que Fazer Direito?". 2015. (Outro).

11.

ARONI, R. ; **LEMES, M. B.** ; BORGES, S. S. ; SANTOS, G. S. B. ; FAZOLI, J. P. A. ; SILVA, A. V. F. ; DRUZIAN, S. S. ; SEVERI, F. C. . Os Relatórios das Comissões da Verdade: impactos da Ditadura civil-militar sobre os camponeses, a educação e as relações de gênero. 2015. (Congresso).

12.

ARAUJO, E. A. S. ; BORGES, S. S. ; HASSE, F. Y. S. ; **LEMES, M. B.** ; SEVERI, F. C. . Semana do "Por que Fazer Direito?". 2014. (Outro).

13.

SANTOS, A. C. M. ; ANTONIETTO, A. L. G. ; SILLOS, B. ; ARAUJO, E. A. S. ; HASSE, F. Y. S. ; LEITE, J. C. ; PIASENTINI, L. ; **LEMES, M. B.** ; GOIS, N. ; SANCHEZ, N. ; FUNCK, Y. ; FALEIROS, G. ; LEAL, G. O. ; SANTOS, G. S. B. ; SEVERI, F. C. . Formação em Metodologia - A Pesquisa Militante: fortalecendo práticas populares. 2014. (Outro).

14.

ARAUJO, E. A. S. ; BORGES, S. S. ; GOIS, N. ; HASSE, F. ; **LEMES, M. B.** ; LÍMA, L. ; SEVERI, F. C. . Ciclo de Debates: Educação Popular e Extensão. 2013. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Iniciação científica

1.

Jacqueline Leite de Souza. Passe livre nas eleições: a ADPF 1013 e sua implementação local para a garantia de transporte público urbano gratuito no Estado de São Paulo. 2023. Iniciação Científica. (Graduando em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Maurício Buosi Lemes.

2.

Pedro Furtuoso Araújo. Controle de constitucionalidade de leis urbanísticas: como o TJSP julga a relação entre leis específicas e plano diretor?. 2022. Iniciação Científica. (Graduando em Escola de Formação Pública) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Maurício Buosi Lemes.

Inovação

Projetos de pesquisa

2024 - 2025

Acesso à justiça e desigualdades: um estudo teórico a partir da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Descrição: O presente projeto de estágio no exterior busca desenvolver um estudo teórico sobre as dimensões do conceito de acesso à justiça e sua relação com o campo das desigualdades sociais, a partir do desenho e da atuação institucional da Defensoria Pública de São Paulo em políticas públicas. Os objetivos específicos consistem em: a) mapear no debate acadêmico contemporâneo os principais fatores levantados como condicionantes e/ou limitadores do acesso à justiça de indivíduos e grupos sociais; b) identificar a forma como o campo teórico do acesso à justiça tem incorporado diferentes marcadores sociais de desigualdades (como classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, idade, origem territorial, deficiência) em suas formulações; c) aprofundar a análise dos resultados empíricos da pesquisa sobre o desenho e a atuação institucional dos núcleos especializados da Defensoria Pública de São Paulo em políticas públicas, na perspectiva teórica do acesso à justiça e desigualdades; d) caracterizar possíveis efeitos da atuação dos núcleos especializados em políticas públicas nas políticas institucionais de acesso à justiça conduzidas pela Defensoria Pública; e) oferecer recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de acesso à justiça no Brasil, à luz das análises realizadas nas etapas anteriores. Do ponto de vista metodológico, a proposta caracteriza-se como um estudo

teórico, baseado no levantamento, organização e sistematização de referências do campo contemporâneo em torno do acesso à justiça e desigualdades, além do aprofundamento da análise dos resultados empíricos obtidos na pesquisa no Brasil, à luz deste debate.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Doutorado: (1) .

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Luciana Gross Cunha -
Coordenador / Rebecca Sandefur -
Integrante.
Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Bolsa.

2024 - 2025

Inteligência Artificial e Ensino Superior

Descrição: O uso da Inteligência Artificial nas atividades docentes, de gestão administrativa e de gestão pedagógica já é uma realidade. Nas instituições de ensino superior, essas novas tecnologias podem apoiar, por exemplo, a correção ou criação de atividades didáticas, a análise do desempenho dos estudantes, a frequência por meio de reconhecimento facial, a seleção de ingresso no programa, o gerenciamento de documentos escolares, o atendimento de dúvidas e até avaliação de riscos de inadimplência e evasão escolar, apenas para citar alguns exemplos. Nesse momento de transformação no modo como existimos e atuamos no mundo, os conflitos éticos não são poucos. Para lidar com esses conflitos, é necessário conciliar abordagens de custo e benefício, gestão de riscos e proteção a direitos fundamentais. Os benefícios da IA na educação são palpáveis para estudantes e gestores, ainda que não mensurados. Mas há, claro, graves riscos associados a essas utilizações, como, por exemplo, vieses e questões relacionadas à proteção de dados pessoais. A pesquisa proposta pretende aprofundar os fundamentos e aplicações da IA em educação, especificamente da IA Generativa textual, através da análise de políticas de uso e princípios éticos para utilização que vêm sendo adotados por diferentes cursos e instituições no Brasil e ao redor do mundo. O estudo tem como objetivos gerais mapear as principais tecnologias de IA Generativa incorporadas ao ensino superior, diagnosticar como as IES estão lidando com os desafios éticos, jurídicos e pedagógicos da sua adoção, e analisar princípios e diretrizes para a incorporação de IA Generativa na FGV.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Larissa Cristina Margarido -
Integrante / Carla Araújo - Integrante /
Clio Radomysler - Coordenador / Enya Costa - Integrante / Olívia Briones -

Outras informações relevantes

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação disponível em:
<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/89/890010/tce-22052017-144018/?&lang=br>
Dissertação de Mestrado disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-10092021-130610/pt-br.php>

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 13/09/2026 às 21:53:41

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



MANIFESTAÇÃO

CERTIFICO que, por conterem dados sensíveis e em atenção à Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), os documentos abaixo listados foram encartados em processo próprio de natureza restrita, de nº SEI 2026/0033854 , o qual permanecerá com acesso franqueado à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública:

- Ficha de palestrante (doc.2060079)
- Certidões(doc.2060088)
- Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- Consulta negativa do CADIN ESTADUAL;
- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- Pesquisa negativa de aplicação de sanções administrativas, emitida pela SeFaz/SP;
- Consulta na Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação do TCE-SP;
- Cadastro como Contribuinte da Previdência Social (emissão pela SAOF);
- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:08, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060099** e o código CRC **18F8C90E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



MANIFESTAÇÃO

Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 58, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre outras atribuições, *“promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado”*.

Trata-se de encontro de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.

Nesse sentido, pretende-se a contratação da/o palestrante **Maurício Buosi Lemes** para o evento “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”. O palestrante é Líder de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) e professor do curso de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da FGV Direito SP, com estágio de pesquisa na T. Denny Sanford School of Social and Family Dynamics da Arizona State University. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), com estágio de pesquisa no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bacharel em Direito pela FDRP/USP. Participa do Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflito (NAJUPMESC) da FGV Direito SP. Também auxilia na coordenação do Grupo de Estudos em Formação Docente e Metodologia do Ensino do Direito, sediado na FDRP/USP.

Conforme é possível verificar nos documentos encartados em 2060079 e 2060098, a/o palestrante detém um currículo e/ou qualificação aptos ao desempenho da referida função.

A contratação em epígrafe representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural de temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, e considerando que a normativa trata de rol meramente exemplificativo; bem como com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entendo que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos.

As informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, constarão dos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

Em assim sendo, nos termos do art. 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, entendo conveniente e oportuna a pretensa contratação eis que pertinente às finalidades institucionais da Escola da Defensoria Pública do Estado.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 24/09/2026, às 15:22, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060100** e o código CRC **BF82A14F**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SACL EDEPE - 2060100v2



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1. Contratação de **Maurício Buosi Lemes** para proferir palestra no “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

Prazo de vigência e de execução:

1.2. O prazo de vigência da contratação terá início a partir da emissão da Nota de Empenho pela Contratante até o término das obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), sendo limitado ao dia 31/12/2026, momento em que se resolverá de pleno direito.

1.3. O prazo de execução dos serviços será o mesmo estabelecido para a realização do evento.

Outras condições:

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.5. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, no Ato Normativo DPG nº 238/2023, e na Deliberação do Conselho Superior da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17/2021.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, alinhando-se às diretrizes estratégicas da Escola da Defensoria Pública do Estado.

2.3. A presente contratação se faz necessária para o cumprimento da missão institucional da EDEPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 988/2006 e do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 05 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não foram identificados impactos ambientais para a presente contratação.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**.

5.2. O(a) Contratado(a) deverá comparecer ao local de realização ou gravação do evento, na data e horário indicados pela Contratante, e desempenhar o serviço de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante, estabelecidas para o evento.

5.3. Condições gerais de execução:

- Quantidade de horas contratadas: 1 hora, o palestrante participará da 16h00 às 17h00.

- Datas do evento: 06/10/2026.

- Local do evento: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Informações gerais:

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Contratante e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar o(a) Contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão:

6.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da contratação.

6.5. O gestor da contratação acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O gestor do contrato anotará no histórico de gerenciamento da contratação, se for o caso, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

6.8. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) Contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor da contratação atuará tempestivamente na solução do problema.

6.10. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição:

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Atestado de Execução dos Serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento:

7.3. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de finalização do serviço, mediante a confirmação de comparecimento do(a) Contratado(a) pelo Servidor responsável.

7.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o valor respectivo será descontado da importância devida ao(à) Contratado(a), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Constatadas irregularidades no serviço, a Contratante poderá:

7.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante Atestado de Execução dos Serviços, firmado pelo Servidor responsável.

7.7. A aceitação dos serviços não exonerará o(a) Contratado(a) de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) Contratado(a) no Banco do Brasil S/A, no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contados do recebimento do atestado de comparecimento do(a) Contratado(a), a ser apresentado à EDEPE no prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data da palestra, e à vista do Atestado de Execução de Serviços.

7.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome do(a) Contratado(a) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo(a) Contratado(a), de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação e remuneração pelos serviços prestados:

8.1. O(A) contratado(a) será remunerada(o) de acordo com a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nº 17/2021.

8.2. O valor base fixado para a presente contratação será de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo:

- Valor da hora aula: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Total de horas contratadas: 1 hora
- Valor total das horas contratadas: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Valor total do projeto: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros dos Programas de Trabalho

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo das demais que forem intrínsecas à prestação dos serviços contratados, daquelas constantes de sua proposta comercial e das estabelecidas em lei:

I. zelar pela fiel execução da contratação, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II. não transferir a outrem a execução do objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

III. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

IV. dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução da contratação;

V. prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução da contratação;

VI. responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução da contratação;

VII. não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou terceiro que já lhe preste serviços para atuar na execução da contratação;

VIII. guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

IX. Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições;

X. Dar exato cumprimento às *Leis Anticorrupção previstas no ordenamento jurídico brasileiro, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados; obrigando-se a: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.*

10.2. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das constantes deste Termo de Referência e do instrumento contratual, e das estabelecidas em lei:

I. zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência da contratação;

II. indicar formalmente servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o(a) Contratado(a);

III. fornecer ao(à) Contratado(a) todos os dados e informações necessários à execução do objeto da contratação;

IV. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

V. respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. A inexecução total ou parcial desta contratação, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 155 ensejará a rescisão, acarretando as consequências enumeradas no artigo 156, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O(A) Contratado(a) sujeita-se também às previsões constantes dos artigos 155 a 166 da Lei Federal nº

14.133/2021.

11.3. As sanções de que tratam os itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Portal da Transparência, do E-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.5. A Contratante poderá descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.

11.6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pelo(a) Contratado(a).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:09, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060101** e o código CRC **4BB2E242**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SACL EDEPE - 2060101v2



RELATÓRIO

Cuidam os autos de procedimento administrativo instaurado com vistas à contratação de **Maurício Buosi Lemes** para proferir palestra no evento “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

No âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que inclui a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), os procedimentos destinados à aquisição de bens e à contratação de serviços nos moldes da 14.133/2021 são regulamentados pelo Ato Normativo DPG nº 238, de 28 de março de 2023 (“Ato 238”).

Em atendimento às exigências constantes do Ato 238, constam dos autos os seguintes elementos:

- Documento de Formalização de Demanda - DFD (doc. 2060094);
- Formulário de solicitação de realização ou apoio a evento (doc. 2060095);
- Programação do evento (doc. 2060096);
- Currículo (doc.2060098);
- Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17, de 29 de setembro de 2021 (doc. 2060097);
- Despacho da Direção sobre a conveniência e oportunidade da contratação (doc. 2060100);
- Indicação de documentos contendo dados protegidos, pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), encartados em processo SEI restrito (doc. 2060099); e
- Termo de Referência (doc. 2060101).

No que tange aos documentos pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), a que se refere o artigo 15, inciso II, do Ato 238, cumpre informar que não foram juntados aos autos os documentos pessoais com foto, o comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, assim como a declaração conjunta.

A especial natureza da contratação em epígrafe, inclusive no que diz respeito à menor complexidade do seu objeto, enseja, s.m.j., a prescindibilidade dos aduzidos documentos.

Isso porque, na medida em que o procedimento em questão é orientado pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, a dispensa dos documentos não importa em nenhuma ofensa ao princípio da legalidade, e garantirá a contratação do(a) palestrante, cuja participação é indispensável para a realização do evento, que representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE.

Por se tratar de uma atividade que envolve aspectos eminentemente atrelados à intelectualidade, qualificação, bem como experiência e/ou vivência pregressa do(a) Contratado(a), o serviço envolve características que não permitem sua comparação objetiva com outros.

A inexigibilidade de licitação é uma solução legal para os casos nos quais não é possível

sustentar a estrutura de um procedimento de licitação em razão da inviabilidade de competição. Na medida em que ausente a competitividade, pressuposto necessário à realização do procedimento, a licitação se torna uma via inadequada, devido à impossibilidade de escolha objetiva da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, s.m.j., sugiro a contratação de **Maurício Buosi Lemes** nos termos do artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021.

Submeto os autos à consideração superior, com sugestão de emissão de Nota de Reserva e encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, em observância, respectivamente, aos artigos 8º e 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:09, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060102** e o código CRC **E117EFD5**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SACL EDEPE - 2060102v2



MANIFESTAÇÃO

Vistos.

Acolho a manifestação retro, oriunda da Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual doc.2060102.

Nos termos do artigo 5º, § 2º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, aprovo o Termo de Referência, constante em doc.2060101.

O custo da contratação durante o período do projeto será de **R\$ 300,00** (trezentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 60,00** (sessenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais).

Observo que a exigência do art. 8º, Ato Normativo DPG nº 238/2023 encontra-se atendida, na medida em que no Processo SEI nº 2026/0029534, pertinente à organização do evento em epígrafe, há indicação de recursos para fazer frente à presente contratação. Por essa razão, deixo de solicitar nova informação de recursos à Subárea de Orçamento e Finanças nestes autos.

Determino o encaminhamento dos autos à Subárea de Orçamento e Finanças para **reserva orçamentária** em favor de **Maurício Buosi Lemes**, no valor de **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais), em **FORMAÇÃO CONTINUADA**, em atenção ao art. 8º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Após, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, nos termos do art. 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 24/09/2026, às 15:22, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2060103** e o código CRC **4DA991AA**.



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº1019/2026

Processo Administrativo: 33857/2026

INICIAL

INTERESSADO: **Mauricio Buosi Lemes**
CPF: 403.658.888-50

ASSUNTO: Contratação do palestrante Mauricio Buosi Lemes para o "II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2026, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.5797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-25

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 2.864.722,48	-	-	R\$ 2.864.722,48
OUTUBRO	R\$ 1.101.556,18	R\$ 300,00	-	R\$ 1.101.256,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.193.052,39	R\$ 300,00	-	R\$ 6.192.752,39

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natia Aparecida Bioloati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 29 de Setembro de 2026

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 11:22, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natia Aparecida Biolcati, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 13:30, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 29/09/2026, às 16:07, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2065561** e o código CRC **225AF1DF**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SAOF EDEPE - 2065561v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00629

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33857/2026				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	29/09/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	360,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>360,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	360,00
Mês	Valor								
10	360,00								
Observação									
CONTRATAÇÃO DE MAURÍCIO BUOSI LEMES PARA PROFERIR PALESTRA NO 2º ENCONTRO ANUAL DE COORDENADORES/AS REGIONAIS EDEPE.									
Usuário									
Consultado Em	29SET2026	Horário	11:20						



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº1020/2026
INICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 33857/2026
CONTROLE DE PAGAMENTOS DO INSS
PATRONAL: 2400/2026

INTERESSADO: **Maurício Buosi Lemes**
CPF: 403.638.888-50
Ministério da Economia
CNPJ: 00.394.460/0033-29

ASSUNTO: Contratação do palestrante **Maurício Buosi Lemes** para o "II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2020, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.6797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-12

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 2.864.722,48	-	-	R\$ 2.864.722,48
OUTUBRO	R\$ 1.101.256,18	R\$ 60,00	-	R\$ 1.101.196,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.192.752,39	R\$ 60,00	-	R\$ 6.192.692,39

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natã Aparecida Biolcati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 29 de Setembro de 2026

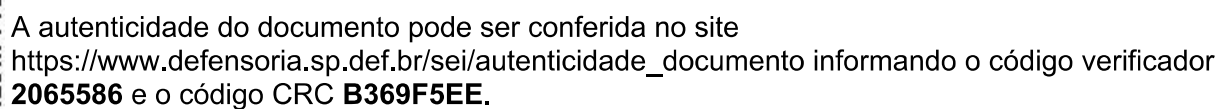
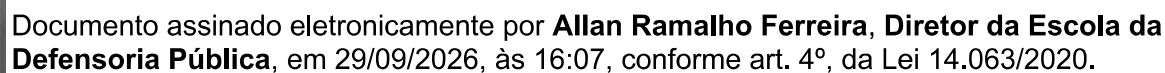
Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 11:26, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natã Aparecida Biolcati, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 13:30, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0002400

SAOF EDEPE - 2065586v2



PARECER AJ

Processo SEI nº 2026/0033857

Interessada: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assunto: Contratação do Palestrante Maurício Buosi Lemes

**Inexigibilidade de
licitação.** Pagamento de
palestrante. Artigo 74,
inciso III, alínea f, da Lei nº
14.133/2021.
Disponibilidade de
recursos. Viabilidade.

Parecer AJ nº 483/2026

1. Tratam os autos de medidas preparatórias para viabilizar o pagamento do palestrante **Maurício Buosi Lemes**, que proferirá palestra durante o evento “*II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe*”, que será realizado no dia 06 de outubro de 2026, na Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP.

2. No Documento de Formalização de Demanda – DFD consta que a contratação foi solicitada e justificada pelo EDEPE, com previsão de duração de 1 hora (doc. 2060094), justificando que “*a contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE*”, bem como que o evento “*contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos*”.

3. Foram encartadas a cópia do formulário de solicitação de realização do evento, preenchido pela EDEPE (doc. 2060095) e a programação do evento (doc. 2060096).

4. No Documento 2060097, consta a Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, relativo à disciplina da remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola. Em seguida, foi encartado o currículo lattes do palestrante (doc. 2060098).

5. Os documentos para a contratação foram juntados no Processo 2026/0033854, protegido com restrição de acesso por conter informações pessoais, sendo composto por:

Ato Normativo DPG nº 238/2023	Documentos e Folhas
Artigo 15, inciso II	
<i>a) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;</i>	N/A
<i>b) cópia do comprovante de residência (ou declaração de endereço);</i>	Doc. 2060102 - Justificativa da não inserção
<i>c) cópia dos documentos pessoais com foto do contratado ou do representante, se houver;</i>	Doc. 2060102 - Justificativa da não inserção
<i>d) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);</i>	Doc. – 2060088 - fls. 09;
<i>e) consulta à situação cadastral no INSS (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais);</i>	Docs. 2065536
<i>f) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2060102 - Justificativa da não inserção
<i>g) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;</i>	Doc. 2060088 - fls. 01: válida até 12/03/2027;
<i>h) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de inscrição na dívida ativa estadual do domicílio;</i>	Doc. 2060088 - fls. 03: válida até 22/10/2026;
<i>i) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos tributários municipais do domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2060088 - fls. 05: válida até 12/03/2027;
<i>j) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);</i>	Doc. 2060088 - fls. 02: válida até 21/03/2027;
<i>k) consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais (CADIN Estadual);</i>	Doc. 2060088 - fls. 04;
<i>l) pesquisa negativa de sanções administrativas do Estado de São Paulo (site: www.esancoes.sp.gov.br);</i>	Doc. 2060088 - fls. 06/07;
<i>m) extrato de pesquisa na relação de apenados do TCE/SP;</i>	Doc. 2060088 - fls. 08;

<i>n) comprovante de inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp;</i>	Certificado de Registro Cadastral – CRC no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. 2060088 - fls. 10);
<i>o) declaração conjunta de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou de quem faça as suas vezes e de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de ciência do CADIN Estadual.</i>	Doc. 2060102 - Justificativa da não inserção

6. Além disso, foram trazidos aos autos os seguintes documentos:

- Ficha Cadastral (doc. 2060079);
- Cadastro SIAFEM (docs. 2065534);

7. O Defensor Público Diretor da EDEPE, manifestou-se pela conveniência e oportunidade da contratação do palestrante, corroborando a justificativa apresentada no DFD, destacando que a palestrante possui currículo apto a desempenhar a função, bem como dispensou a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG ° 238/2023 (doc. 2060100).

8. Ato contínuo, foi lavrado o Termo de Referência, no qual foram explicitados o objeto, a descrição dos serviços, o valor do projeto, a forma de contratação e as condições de pagamento (doc. 2060101).

9. A Oficial de Defensoria da Subárea de Evento e Comunicação Audiovisual relatou a instrução dos autos e informou que não realizou a juntada da cópia autenticada do documento pessoal com foto do palestrante, considerando a natureza da contratação e os princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência (doc. 2060102).

10. No doc. 2060103 consta manifestação do Defensor Público Diretor da EDEPE, aprovando o Termo de Referência e informando que o valor total a ser pago é de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), já incluído o INSS patronal.

11. A autorização para a reserva financeira lançada pelo Defensor Público Diretor da EDEPE, bem como as informações das fontes de recursos para fazer frente às despesas e respectiva nota de reserva encontram-se nos documentos 2065561, 2065574 e 2067148, tudo com vistas ao pagamento do palestrante e recolhimento do INSS.

Vieram os autos para análise e parecer.

12. O artigo 111 da Constituição Estadual determina que a administração pública seja norteadada, entre outros princípios, pelo da motivação. No presente caso, há solicitação e justificativa para a realização do evento (docs. 2060094 e 2060095), bem como o Defensor Público Diretor da EDEPE, exarou

juízo positivo de conveniência e oportunidade da realização do evento e da contratação do palestrante, com a dispensa da elaboração do ETP, nos termos dos artigos 2º e 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023 (doc. 2060100).

13. A EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública, nos termos do artigo 58, I, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006, e possui, dentre outras funções, “*promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado*”.

14. Quanto ao fundamento legal do presente ajuste, devemos observar que a contratação pretendida se enquadra no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, devido às suas características, autorizando a inexigibilidade de licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

15. Para caracterização da inexigibilidade no caso dos autos, a lei traz os seguintes requisitos:

§3º - Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, considera-se de **notória especialização o profissional** ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

16. A notória especialização do palestrante foi demonstrada na documentação acostada aos autos (doc. 2060098), onde constam as informações sobre sua experiência prévia na prestação de serviços similares ao escopo da presente contratação.

17. No tocante à dispensa da realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023, observo que as contratações por inexigibilidade não estão entre as hipóteses previstas nas alíneas, contudo, trata-se de rol meramente exemplificativo, sendo possível a dispensa do ETP em outras contratações, desde que devidamente justificadas. Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da celeridade e da economicidade que regem as contratações públicas, corroboro a tese de que a contratação em tela, que possui menor complexidade, não requer a elaboração do ETP para sua formalização.

18. O valor da contratação, que totaliza R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), atende as exigências da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, que disciplina a remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola, trazendo maior segurança e clareza a tais contratações.

19. Verifica-se que foi indicada a fonte de recursos para fazer frente à despesa e efetuada a reserva, com a devida autorização da despesa pelo Defensor Público Diretor da EDEPE

(docs. 2065561, 2065574 e 2067148).

20. Ainda, resta pendente a autorização da contratação, que nos termos do art. 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, é competência do Diretor da EDEPE, que deverá ser divulgada e mantida à disposição do público no sítio eletrônico da Defensoria, conforme dispõe o art. 24, §4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023. Após a contratação, também deverá ser publicado o extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 26, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

21. Com relação à documentação, verifica-se que não há óbice ao prosseguimento do feito. Apenas consigna-se que o Agente de Defensoria da EDEPE justificou a substituição da certidão do INSS pela consulta à situação cadastral do CPF, nos termos da orientação do E-Social (doc. 2065536).

22. Ressalte-se que, à luz do disposto no art. 26, I e II do Ato Normativo DPG nº 80/2014, a Assessoria Jurídica presta consultoria quanto aos aspectos jurídico-formais dos autos, não lhe competindo adentrar em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito dos órgãos internos, nem analisar elementos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

23. Por fim, destacamos a extrema importância quanto à necessidade de zelo dos servidores públicos responsáveis pela condução da contratação em questão com relação a potenciais conflitos de interesse, nos termos das normas vigentes.

24. Ante o exposto, entendo que poderá ser dado prosseguimento às providências necessárias ao pagamento do palestrante, atentando-se para as observações dos itens 20 e 23 deste parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Di Sevo Neves, Assistente Técnica**, em 30/09/2026, às 13:02, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2067861** e o código CRC **FAC64DDE**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

ASTE ASJD - 2067861v2



APROVAÇÃO DE PARECER AJ

Considerando que o presente parecer trata de entendimento jurídico já consolidado pela Coordenação da Assessoria Jurídica e conforme previsão do art. 2º, §1º, da Instrução Normativa AJ nº 01, de 19/08/2015, ratifico o **Parecer AJ nº 483/2026** (doc. 2067861), emitido pela Assistente Técnica I, Nathalia Di Sevo Neves, elaborado nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238, de 28/03/2023, pelos fundamentos que apresenta.

Como se trata de contratação alcançada pela solicitação do Ofício CG nº 01/2023, encaminhem-se os autos, simultaneamente:

- a) à Controladoria-Geral, para ciência;
- b) à EDEPE, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maria Cavaleiro Madeira, Assessora Técnica**, em 30/09/2026, às 15:11, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2067877** e o código CRC **93DBB5CA**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

ASTE ASJD - 2067877v2



MANIFESTAÇÃO

Ante os elementos e informações constantes dos autos do Processo SEI nº 2026/0033857 , notadamente o **Parecer AJ nº 483/2026**, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **declaro inexigível e autorizo a contratação de Maurício Buosi Lemes**, para proferir palestra no curso “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”, a ser realizado no dia 06/10/2026, com base no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do artigo 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Com fundamento no artigo 19 do Ato Normativo DPG nº 238/2023, designo a Servidora, Andrea Silva Britto, como gestora da contratação.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Orçamentos e Finanças para emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 60,00** (sessenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais).

Após, devolvam-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/10/2026, às 08:34, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2074217** e o código CRC **BB240679**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SACL EDEPE - 2074217v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00653

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33857/2026				
Evento	206100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA(CANCELAMENTO)								
Data Emissão	05/10/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	60,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>60,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	60,00
Mês	Valor								
10	60,00								
Observação									
CANCELAMENTO PARCIAL TENDO EM VISTA QUE A NATUREZA DO INSS NÃO EXIGE RESERVA									
Usuário									
Consultado Em	05OUT2026	Horário	10:07						



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04465

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	05OUT2026

CNPJ/CPF/UG	40365888850 - MAURICIO BUOSI LEMES
Credor	MAURICIO BUOSI LEMES
Endereço	
Cidade	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	42001	03128420057970000	175930066	33903625	420010	000.000.0100	420151

No Processo	33857/2026	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14133/2021		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	300,00 (trezentos reais)
----------------------	--------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
10	300,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	300,00	Preço Total	300,00
Descrição: 2026/0033857EMPENHOCONTRARATaÇÃO DO PALESTRANTE MAURÍCIO BUOSI LEMESII ENCONTRO ANUAL DE COORDENADORES/AS REGIONAIS EDEPE									

TRANSPORTE

Total ou Valor a Transportar R\$	300,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO SP
Data de Entrega	31DEZ2026

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	TATIANA OLIVEIRA DE JESUS - 420031
--------------------------	------------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/10/2026, às 14:17, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2074691** e o código CRC **78E70F6D**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033857

SAOF EDEPE - 2074691v2



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04466

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	05OUT2026

CNPJ/CPF/UG	00394460003329 - MINISTERIO DA ECONOMIA					
Credor	MINISTERIO DA ECONOMIA					
Endereço	EXPLANADA DO MINISTERIO BLOCO B, BL P -					
Cidade	BRASILIA	UF	DF	CEP	70048-900	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400092	42001	03128420057970000	175930066	33903612	420010	000.000.0100	420151

No Processo	2400/2026	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI14133/2021-ART.74		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	3 - ESTIMATIVO		
Empenho Orig.	2026NE00130	Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	60,00 (sessenta reais)
----------------------	------------------------

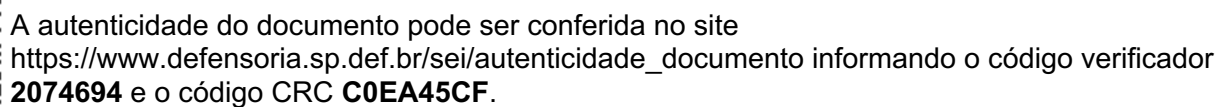
Cronograma	
Mês	Valor
10	60,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0000	Preço Unitário	0,00	Preço Total	60,00
Descrição: 2026/003385720% INSS CONTRATAÇÃO DO PALESTRANTE MAURÍCIO BUOSI LEMESII ENCONTRO ANUAL DE COORDENADORES/AS REGIONAIS EDEPE									

Total ou Valor a Transportar R\$	60,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SP
Data de Entrega	31DEZ2026

ALLAN RAMALHO FERREIRA
33277378861
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	TATIANA OLIVEIRA DE JESUS - 420031
--------------------------	------------------------------------



2026/0002400

SAOF EDEPE - 2074694v2